

INSTITUTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA DE GOIÁS
BACHARELADO EM FILOSOFIA

FÁBIO HENRIQUE SILVA RODRIGUES

VERITAS ET GAUDIUM:
UMA ANÁLISE FILOSÓFICA DA *BEATA VITA* DE AGOSTINHO DE HIPONA

Goiânia
2024

FÁBIO HENRIQUE SILVA RODRIGUES

VERITAS ET GAUDIUM:
UMA ANÁLISE FILOSÓFICA DA *BEATA VITA* DE AGOSTINHO DE HIPONA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás,
como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Filosofia.

Orientador: Dr. José Reinaldo F. Martins Filho
Coorientador: Me. Gustavo Augusto da Silva

Goiânia
2024

Dedico este trabalho aos meus pais, Francisco e Maria, à Província do Santíssimo Nome de Jesus do Brasil e aos meus confrades de turma. Obrigado, meus amados pais, por terem me proporcionado o dom da vida. Amo muito vocês! Ao pai fundador, Francisco de Assis, e à Beatíssima Virgem, Mãe da Verdade, Senhora e Rainha de todas as Virtude.

AGRADECIMENTOS

Eis que venho fazer, com prazer, a vossa vontade, Senhor!

Sl 39,1

Terminada esta fase da formação acadêmica, ao concluir este trabalho monográfico, rendo graças à Verdade Encarnada, Nosso Senhor Jesus Cristo, por ter-me criado em seu Amor e me sustentado em sua Misericórdia, e me guiado em suas veredas, além da benevolente intercessão da Virgem Maria Santíssima, e de meu amado Pai Seráfico, São Francisco de Assis. Agradeço à Ordem dos Frades Menores, ao Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG, aos formadores e professores, especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. José Reinaldo Felipe Martins Filho, e ao coorientador, Prof. Me. Gustavo Augusto da Silva, e aos meus amigos e familiares.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explorar a concepção de felicidade segundo Santo Agostinho, um dos mais influentes filósofos e teólogos da Antiguidade Tardia. A pesquisa se concentra em explicitar como Agostinho entende a felicidade como uma busca incessante pela verdade e pela união com Deus. Inicialmente, analisa-se a visão agostiniana de felicidade, que se distancia das concepções hedonistas e estoicas da época, propondo que a verdadeira felicidade só pode ser encontrada em Deus. Agostinho argumenta que todos os seres humanos têm um desejo inato de felicidade, mas que este desejo só pode ser plenamente satisfeito através da contemplação e do amor a Deus. Ele enfatiza que a felicidade terrena é efêmera e incompleta, enquanto a felicidade eterna, alcançada na vida após a morte, é plena e duradoura. O trabalho também examina a relação entre felicidade e virtude em Agostinho, destacando que a prática das virtudes cristãs é essencial para alcançar a verdadeira felicidade. A caridade, a humildade e a fé são apresentadas como caminhos para a união com Deus e, conseqüentemente, para a felicidade, tendo a caridade a centralidade e superioridade entre as virtudes. Por fim, a pesquisa discute a relevância do pensamento agostiniano sobre a felicidade e sua ligação entre virtude, verdade e, especialmente, o agir ético, tendo o amor como base e fundamento de toda a felicidade.

Palavras-chave: Agostinho; Verdade; Ética; Virtude; Felicidade.

ABSTRACT

Este trabajo tiene como objetivo explorar la concepción de la felicidad según San Agustín, uno de los filósofos y teólogos más influyentes de la Antigüedad Tardía. La investigación se concentra en explicitar cómo Agustín entiende la felicidad como una búsqueda incesante de la verdad y de la unión con Dios. Inicialmente, se analiza la visión agustiniana de la felicidad, que se distancia de las concepciones hedonistas y estoicas de la época, proponiendo que la verdadera felicidad solo puede ser encontrada en Dios. Agustín argumenta que todos los seres humanos tienen un deseo innato de felicidad, pero que este deseo solo puede ser plenamente satisfecho a través de la contemplación y del amor a Dios. Él enfatiza que la felicidad terrenal es efímera e incompleta, mientras que la felicidad eterna, alcanzada en la vida después de la muerte, es plena y duradera. El trabajo también examina la relación entre felicidad y virtud en Agustín, destacando que la práctica de las virtudes cristianas es esencial para alcanzar la verdadera felicidad. La caridad, la humildad y la fe se presentan como caminos para la unión con Dios y, consecuentemente, para la felicidad, teniendo la caridad la centralidad y superioridad entre las virtudes. Finalmente, la investigación discute la relevancia del pensamiento agustiniano sobre la felicidad y su vinculación entre virtud, verdad y, especialmente, la acción ética, teniendo el amor como base y fundamento de toda la felicidad.

Palabras clave: Agustín; Verdad; Ética; Virtud; Felicidad.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 VERITAS ET VERITATES	12
1.1 A VERDADE COMO FUNDAMENTO DA VIDA FELIZ	13
1.2 O PAPEL DA ILUMINAÇÃO DIVINA NA COMPREENSÃO DA VERDADE.....	18
1.3 VERDADE E SABEDORIA: “CAMINHOS” PARA A FELICIDADE	22
2 ETHICA AUGUSTINI	26
2.1 O AMOR COMO PRINCÍPIO ÉTICA E SUA RELAÇÃO COM A FELICIDADE.....	26
2.2 A ÉTICA AGOSTINIANA COMO GUIA PARA A VIDA FELIZ.....	32
2.3 A ÉTICA DA COMUNIDADE: A CIDADE DE DEUS E A VIDA EM SOCIEDADE.	37
3 DE VIRTUTUM ET SAPIENTIAE LUMINE IN AUGUSTINO	43
3.1 DEFINIÇÃO E PAPEL DAS VIRTUDES NA FILOSOFIA DE AGOSTINHO	43
3.2 A VIRTUDE DA CARIDADE E SUA CENTRALIDADE NA BUSCA PELA FELICIDADE	48
3.3 A RELAÇÃO ENTRE VIRTUDE E FELICIDADE: O CAMINHO PARA BEATA VITA	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende investigar o que seja a felicidade para Agostinho de Hipona. Dessa forma, essa elaboração se caracteriza como chave para a busca da felicidade segundo Agostinho, que, por sua vez, tem um embasamento neoplatônico significativo em conexão à filosofia da época. Agostinho é classificado com filósofo da Patrística (Século IV d.C.) e é considerado um dos pais e doutores da Igreja Católica. Assim, sua filosofia é fundamentada em conjecturas cristãs.

Em todas as eras, épocas em que o ser humano “gastou” tempo e, especialmente, usou a faculdade do pensamento, questionou-se e questiona-se em relação ao verdadeiro significado da vida e singularmente sobre sua felicidade. Desta forma, é necessário um itinerário em relação ao autoconhecimento para que surjam perguntas como: O que é a felicidade? De que forma podemos buscá-la e assim alcançá-la de forma autêntica? Quais os meios para que possamos saboreá-la e, assim, conquistá-la?

Essas mesmas perguntas permearam, incomodaram e fizeram vibrar o coração de muitas pessoas, entre as quais Agostinho, retirando-o do “sono” da passividade e fazendo-o questionar-se sobre a verdadeira felicidade. Atento a esses questionamentos, percebeu que a beatitude está ligada inteiramente à sabedoria, a uma vida virtuosa voltada ao Sumo Bem. Toda essa pesquisa de Agostinho foi elaborada em um ambiente familiar, intelectual e, especialmente, espiritual, com fundamentos epistemológicos cristãos e com a influência da cultura grega.

Em vista disso, este trabalho se justifica desde alguns aspectos em particular. Primeiro, para recordar a tradição filosófica, concebendo que Agostinho ainda possui respostas para nosso tempo. Sua visão sobre a felicidade nos permite compreender as raízes desse conceito e sua constante evolução ao longo do tempo. Sua obra influenciou não somente o campo filosófico, mas também o campo psicológico e religioso de maneira específica e significativa. Em segundo lugar, compreendendo também que o interesse pela felicidade não inclui somente o pensamento filosófico ou teológico, mas a busca pela felicidade em geral, que é um interesse e uma preocupação universal dos seres humanos. Isso se justifica na medida em que a pesquisa se concentra em investigar o que Agostinho abordou sobre esse tema no século IV, podendo ofertar inspirações e luzes para os desafios contemporâneos.

Por conseguinte, em terceiro lugar, é importante falar de Agostinho na contemporaneidade dado o valor de seu pensamento, germinal para todo o Ocidente. Esse elo da filosofia agostiniana com a contemporaneidade vem como uma espécie de crítica aos prazeres mundanos e seu forte destaque pela busca por Deus possui desconformidades para a sociedade atual, em que o materialismo capitalista muitas vezes obscurece o sentido real da felicidade. Em síntese, uma investigação sobre a felicidade em Agostinho de Hipona, aborda a cada um de nós de forma confidencial, pois nos alerta em relação ao que seja essencial. Com isso, apesar de muitos trabalhos acerca desse tema, daremos enfoque não somente à dimensão metafísica da felicidade, mas também atenção à “materialidade” de uma vida beata.

Com este trabalho, desejamos estabelecer uma compreensão sobre a *Vita Beata* de Agostinho, fazendo, assim, uma relação entre os caminhos que ele apresenta como meios para alcançar a plena felicidade, que são: a verdade e a ética: Diz Agostinho (2014, p. 42): “Portanto, a saciedade plena dos espíritos, isto é, a vida feliz é conhecer piedosa e perfeitamente: por quem somos conduzidos para a verdade; qual a verdade de que fruímos; através do que somos ligados com a medida suprema. E aqueles que são inteligentes, e que já tenham excluído as ilusões das diversas superstições, nessas três coisas podem reconhecer Deus e a substância única”. E, também, explorar o conceito de felicidade, considerando, assim, o pensamento de Agostinho. Isto é, de entender de que maneira o homem almeja a felicidade plena, percebendo os diversos modos e meios existentes para a compreensão do conceito de felicidade e como alcançá-la, e estabelecer uma relação entre verdade, ética e virtude como desdobramentos e espaços para alcançar a vida feliz.

Dessa forma, no primeiro capítulo, *Veritas et Veritates*, nós nos debruçamos sobre a compreensão da verdade na filosofia de Agostinho e sua contribuição para uma busca da felicidade. Com isto, podemos ver que a Verdade está verdadeiramente entrelaçada com a busca e a vivência da felicidade, pois para que exista a felicidade, é preciso e fundamental que haja verdade, pois não existe felicidade plena e verdadeira amparada na mentira ou na ilusão. Para que a vida feliz seja plena, deve estar amparada em uma verdade eterna, imutável, e para Agostinho não se trata de algo meramente abstrato, mas inteiramente ligado a uma realidade, à realidade de Deus. Por isso, a felicidade é alcançada através da união íntima com Deus, que é a

fonte da suprema verdade. Portanto, a busca pela verdade é um caminho para felicidade verdadeira e consistente.

No segundo capítulo, *Ethica Augustini*, discutimos e buscamos compreender a Ética de Agostinho e sua relação com a felicidade, tendo o amor como princípio ético para o caminho real da felicidade. Dessa maneira, a ética agostiniana é teleológica, ou seja, ela caminha para um processo de finalidade única. E para o autor, essa finalidade é a felicidade que é orientada pela harmonia com o Eterno, que é amor. À vista disso, Agostinho propõe e dispõe o amor no centro de sua ética. Apesar disso, o amor deve ser ordenado corretamente, pois para o filósofo, todas as ações humanas são estimuladas pelo amor, pois o amor ordenado, é o amor a Deus e, conseqüentemente, aos irmãos, que conduz o homem à apreciação e à contemplação da Vida Beata. Para isso, porém, há sempre que se contar com a graça divina. Em síntese, podemos dizer que a ética de Agostinho combina com a busca pela verdade e pela felicidade alicerçada no amor ordenado, na virtude e na graça divina que o conduz para a contemplação de Sua bondade.

Com o terceiro capítulo, *De virtutum et sapientiae lumine in Augustino*, podemos perceber que a partir da relação entre a luz das virtudes e a sabedoria em Agostinho se pode chegar à compreensão da felicidade calcada na verdade. Por conseguinte, as virtudes são disposições frequentes que buscam guiar e orientar a vontade humana ordenada na busca do bem. Logo, ele interpreta as virtudes clássicas à luz das virtudes teologais, sendo a caridade (amor) a mais importante de todas, pois é dela que brotam as virtudes de forma ordenada. À vista disso, as virtudes são verdadeiramente reservadas e tidas como caminho para a verdadeira felicidade. Para Agostinho as virtudes contribuem para ordenar a vontade humana com a vontade divina. Trata-se do conceito de “*ordo amoris*”, segundo o qual, para Agostinho, a caridade torna-se o caminho perfeito para se alcançar a felicidade e, conseqüentemente, o lugar mais alto nessa ordem, pois resulta em amar as coisas de forma ordenada, sendo o Altíssimo Senhor o objeto proeminente do amor. A caridade mantém essa ordem, que guiará o homem à plena felicidade, pois é capaz de transformá-lo interiormente, transformando, assim, o seu caráter e forjando sua vontade, para que ela sempre se incline para a verdadeira felicidade, que é o Sumo Bem.

Para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso sobre a Vida Feliz em Agostinho, exploramos conteúdos bibliográficos – livros, artigos e comentários -,

visando o melhor a ser adquirido para elaboração de uma análise conceitual da abordagem do autor. A partir da leitura de *Confissões* de Agostinho, com a tradução de Lorenzo Mammi, na segunda edição de São Paulo em 2017, *A cidade de Deus*, tradução de Oscar Paes Leme, terceira edição de Petrópolis, 2017, e *Sobre a Vida Feliz*, Petrópolis, Vozes, 2014, fizemos o fichamento e selecionamos o que se identifica como relevante para o desenvolvimento desta mesma pesquisa.

Por meio dessas pesquisas e especialmente com a leitura podemos perceber que a Vita Beata, segundo Agostinho, não é um lugar ou um ponto, mas sim, um estado de felicidade e bem-aventurança alcançado por meio da busca sincera da Verdade; o exercício da virtude traçado pela vida em busca de Deus. Portanto, nesse estado, o indivíduo transcende, encontrando, assim, a alegria na contemplação do sumo bem que é Deus. Dessa forma, a verdadeira felicidade não está vinculada ou ligada a prazeres efêmeros ou a algo meramente material, mas sim, na busca da ordem espiritual e na conformidade aos desígnios e princípios divinos. Consequentemente, a Vita Beata não está baseada na busca por uma satisfação pessoal, mas na fidelidade ao caminho, ou, até mesmo, numa jornada em direção à plenitude espiritual e à realização do propósito humano. Agostinho buscava a felicidade que reside em um elo com Deus e na busca pela verdadeira sabedoria que transcende o mundo físico.

Assim dizendo, podemos compreender que a busca pela felicidade em Agostinho ultrapassa a compreensão humana de felicidade ou de realização pessoal, pois a felicidade para o autor não está baseada em si, mas na busca sincera pela verdade, alicerçada na virtude, tendo em vista a caridade como eixo norteador de busca pelo Sumo Bem que é Deus, que é a fonte de toda realização humana, pois através de sua iluminação divina é que podemos obter a compreensão da verdade como alicerce para a felicidade verdadeira.

1 VERITAS ET VERITATES

*Nunca mais recuarei diante da verdade,
porque quanto mais tardamos a dizê-la,
mais difícil se torna para os outros
ouvi-la.*
Anne Frank

Temas como felicidade e verdade sempre permearam o caminho do homem como conteúdos de questionamentos e objetos de debate e discussões por grande parte dos filósofos da era clássica. Desde os tempos mais antigos o homem buscou conceituar ou teve a indispensabilidade de responder a seus anseios. Diante disso, a realidade de felicidade e verdade estava entre estes anseios a serem respondidos, de modo que a filosofia antiga buscou definir de várias formas em que consistia a felicidade e onde a encontrar. Nesta citação, por exemplo, o autor comunica que filósofos como Platão (séc. IV a.C.) afirmavam que a felicidade se baseia na prática do bem:

Nesse sentido, para Platão, a felicidade é o resultado final de uma vida dedicada a um conhecimento progressivo até se atingir a ideia do bem, o que poderia ser sintetizado na seguinte fórmula: conhecimento = bondade/justiça = felicidade. As três coisas quando ocorrem em sua máxima expressão, andariam sempre juntas, mas com o caminho partindo do conhecimento (Nobrega, 2021, p. 5).

Nesse mesmo caminho esteve Aristóteles, que escreveu que a felicidade estava na busca de bens superiores, como lembramos com o seguinte comentário:

Aristóteles apresenta uma hierarquia de bens, na qual ele divide os bens em: bens relativos e intrínsecos ao homem. Os relativos são aqueles necessários para a vida cotidiana (bens materiais, prazeres vitais, etc.). Estes mudam constantemente, pois sempre desejam outros e maiores. Já, os bens intrínsecos, não visam outros porque eles são autossuficientes, ou seja, os bens intrínsecos são bens supremos. Para Aristóteles, a felicidade é um fim último. Ela é, portanto, um bem supremo que todos a desejam. Segundo ele, há uma diversidade de compreensão, por parte dos homens, acerca da natureza da felicidade (Malinoski, 2023, p. 2).

Dessa forma, os filósofos clássicos se “encontravam” na linha do equilíbrio e da virtude. Porém, com o aparecimento da religião cristã, esse conceito de felicidade

revestiu-se de uma “nova” tonalidade, inteiramente ligada à bem-aventurança que transcende ao Deus cristão.

Nessa linha de pensamento se insere Agostinho, filósofo do século IV d.C. Denominado como um dos “Pais da Igreja”, vive justamente num cenário em que se encontram a filosofia grega e a nova religião em fase de elaboração de seus conceitos fundamentais. Em vista disso, neste primeiro capítulo desejamos apresentar o eixo norteador de Agostinho na compreensão da felicidade, como a verdade é colaboradora desse intuito e como ela constitui o seu fundamento.

1.1 A VERDADE COMO FUNDAMENTO DA VIDA FELIZ

Agostinho de Hipona é universalmente conhecido por sua incessante busca pela verdade. Não seria inconveniente denominá-lo como um “perseguidor” da verdade, pois em seus escritos, especialmente em *Confissões*, vemos claramente sua constante inquietação, aflição, por procurar algo que é verdadeiro, concreto e sustentável em si mesmo.

Um fator que observamos e destacamos na busca de Agostinho pela verdade foi o fato de ter se debruçado na leitura das Escrituras, sem, contudo, obter o êxito que esperava. Numa primeira aproximação, a leitura das Escrituras foi efetivamente decepcionante para Agostinho. Entretanto, foi isto que o impeliu para novos rumos, de uma nova compreensão acerca da verdade.

Com a leitura do *Hortensius*, de Cícero¹, Agostinho assume para si a importância da filosofia para o embasamento da verdade e, conseqüentemente, da felicidade, pois, segundo Cícero, a posse da sabedoria traria a felicidade ao homem (Figueiredo e Silva, 2021). Com isto, o amor que Agostinho adquiriu pela filosofia (sabedoria), também em seu interior, acabou por instaurar a aspiração pela felicidade, pois o filosofar conduz igualmente o homem à felicidade. Como comenta Frangiotti (1998, p. 112):

O tema da felicidade foi, certamente, despertado em Agostinho a partir da leitura do Hortensio de Cícero, obra que o converteu ao gosto da filosofia. A obra de Cícero, de fato, repassava, num exame crítico, todas as escolas e seitas filosóficas, assinalando os erros de cada uma delas, para concluir num ecletismo filosófico ideal e temperado. A obra despertou Agostinho para a busca da verdadeira felicidade, da verdade e da sabedoria.

¹ Esta obra de Cícero se perdeu com o tempo.

Consequentemente, a compreensão de felicidade no pensamento de Agostinho está verdadeiramente entrelaçada com o questionamento acerca da verdade. Assim, para que exista a felicidade, é necessário que haja verdade, pois não existe felicidade amparada na falsidade, ou na ilusão. Isso posto, a retenção da verdade infere na posse da felicidade, pois ela é o fundamento da felicidade. Como afirma Agostinho (2014, p. 21):

Depois disso, propus a seguinte questão: é algo evidente que não é feliz aquele que não possui o que quer, o que já foi demonstrado anteriormente através da razão, e ninguém busca aquilo que não quer encontrar; também os acadêmicos buscam sempre a verdade, querem, portanto, conseguir a verdade, querem, pois, possuir o modo de conseguir a verdade. Mas eles não conseguem encontrá-la, e se conclui, portanto, que não possuem aquilo que querem; daí se deduz que não são felizes.

Assim, em vista ao pensamento de Agostinho sobre a felicidade, antes de tudo, é preciso investigar o modo como ele conceituou e definiu a verdade, e quais foram os envolvimento e influências que se impuseram sobre sua própria formulação. Desse modo, pode-se perceber como o anseio de Agostinho pela verdade era efervescente em seu coração, passando, em sua busca, por duas vertentes de pensamento: o maniqueísmo² e o ceticismo³ (Silva, 2023).

Porém, mesmo integrado a esse movimento filosófico, Agostinho não permaneceu nesse caminho por questões lógicas e abandonou-o, a ponto de afirmar:

Mas não conhecem o teu Verbo, caminho pelo qual fizeste o que eles numeram, e eles mesmos que numeram, e os sentidos, pelos quais percebem o que numeram, e a mente, pela qual numeram — e tua sabedoria é inumerável. E, no entanto, o próprio unigênito tornou-se para nós sabedoria, justiça e santificação, foi numerado entre nós e pagou a César o tributo. Eles não conhecem esse caminho, que os faria descer deles até ele, e por ele subir até ele. Não conhecem esse caminho, e se julgam excelsos e luminosos como as estrelas, e eis que caíram em terra, e seu coração insensato ficou nas trevas (Agostinho, 2017a, p. 85)

² Essa corrente de pensamento chamada maniqueísmo do século II da era cristã representa um conjunto de conceitos religiosos como: cristãos, judaicos, gnósticos. O seu fundador é conhecido como Mani.

³ É uma denominação de doutrinas criadas por filósofos gregos que negavam a chance de provar a existência de qualquer verdade imutável. Afirmavam que a felicidade estava na verdade, entretanto, não davam alguma esperança de poder possuí-la ou encontrá-la.

Desencantado com o maniqueísmo, Agostinho⁴ dispôs-se a buscar outra forma, outro caminho que realmente o levasse à verdade. Abraçou, então, o ceticismo, um traço filosófico que propagava que a vida do homem estava designada e que devia embasar-se na busca pela verdade. Nada obstante, nem um nem outro caminho davam expectativa de encontrá-la (Medeiros, 2023).

E, como ocorreu com o maniqueísmo, a permanência de Agostinho no ceticismo não foi definitiva, mesmo estando integrado a essa corrente por algum tempo. Na realidade, o ceticismo para Agostinho foi um caminho e um método de estudo, pois ele nunca negou que não conseguisse ter certeza de tudo. Se, nos *Solilóquios*, o predominante argumento utilizado pelo doutor é a convicção da existência do próprio pensamento, em que julga a veracidade do próprio sujeito⁵, isso não é suficiente para chegar completamente à concepção de verdade que almejava encontrar.

Com a constatação da existência do eu pensante, Agostinho parte para o aprofundamento na leitura que já praticava dos filósofos neoplatônicos, pois pareciam indicar-lhe os meios de “encontrar a verdade”, quais sejam: o princípio da interioridade e o princípio da participação.

Com sua participação no maniqueísmo, Agostinho acabou por absorver em sua própria leitura de mundo o conceito do materialismo dualista, que no maniqueísmo afirmava a existência de duas substâncias espirituais, sendo: um deus bom e um deus mal. À vista disso, até mesmo a alma humana era concebida como substância material, e justamente essa ideia materialista impossibilitava Agostinho de alhear-se aos bens inteligíveis, e até mesmo de adentrar-se a si mesmo (Medeiros, 2023). Com efeito, tudo o que ele conseguia imaginar era algo material; tinha dificuldade de conceber qualquer substância espiritual:

Voltei-me para a natureza da alma, e a falsa opinião que tinha sobre os seres espirituais não me deixava discernir a verdade. A própria força da verdade saltava aos olhos e eu desviava minha mente palpitante da realidade incorpórea para os contornos, as cores e as grandezas extensas: como não as via na alma, julgava não poder ver a alma. (Agostinho, 2017a, p. 77).

⁴ Pelo caráter do texto não há tempo de nos aprofundar na temática da desilusão de Agostinho com o maniqueísmo.

⁵ “R. Sabes que te pensas? A. Sei. R. Portanto,, é verdade que pensas. A. Sim” (Agostinho, 1998, p. 41).

Foi através do “princípio de interioridade” que Agostinho descobriu em si a fonte para a compreensão das realidades extrínsecas. Despreendeu-se, assim, das realidades sensíveis a fim de conceber a substância espiritual, processo no qual encontraria conexão com a Verdade Eterna (Figueiredo e Silva, 2021). Nesse novo caminho o filósofo se enveredaria por uma compreensão da busca da verdade por meio de dois passos que, ulteriormente, constituiriam a chave de sua doutrina da verdade: onde habita a verdade e como descobri-la. Posteriormente, uma terceira questão também surgiria às suas reflexões, como segue: qual a sua necessidade para o homem (Medeiros, 2023).

No que se declara sobre o local onde habita a verdade, podemos encontrar em *A verdadeira religião* a afirmação de que é no coração do homem que habita a Verdade:

Não saias de ti, mas volta para dentro de ti mesmo, a Verdade habita no coração do homem. E se não encontras senão a tua natureza sujeita a mudanças, vai além de ti mesmo. Em ti ultrapassando, porém, não te esqueças que transcendes tua alma que raciocina. Portanto, dirige-te à fonte da própria luz da razão. Aonde pode chegar, com efeito, todo bom pensador senão até à Verdade? Se a Verdade não é atingida pelo próprio raciocínio, ela é, justamente, a finalidade da busca dos que raciocinam (Agostinho, 2002, p. 98).

O segundo princípio, que é o da participação, dá suporte para esse primeiro. Ora, todas as coisas são criadas a partir de algo e assim participam do fato da criação mesma e da realidade de quem as criou. Trata-se do princípio de que Deus é a própria verdade que habita o homem. E segundo Trapé (2018, p. 147), implica em afirmar que “todas as coisas provêm de Deus e são, ao mesmo tempo, uma participação e uma imitação de Deus”.

De acordo com a percepção do princípio da participação do homem em Deus, encontramos a própria realidade do homem. Pode-se utilizar a metáfora do “peixe fora d’água” que se debate em si mesmo, que roda através de seu próprio eixo, procurando viver para si mesmo e não quer se conformar às leis da verdade. É esse o peso que podemos nominar como “pecado” e Agostinho afirma que isso impede o homem de se aproximar da felicidade suprema (Gilson, 2006).

De outro modo, uma existência calcada na falsidade não pode de forma alguma elevar o homem à beatitude, visto que o que vive é a própria mentira. Entretanto, na filosofia de Agostinho, todos os homens querem ser felizes na verdade

e rejeitam aquilo que é ilusório (Santos, 2016). E a verdade, percebida a todos que realmente dirigem o olhar para as realidades imutáveis e inteligíveis, pode ser atingida como resultado de uma dedicação e fidelidade, como meta da percepção de que existe uma inteligência suprema que é a causa de todos os seres, como afirma Agostinho (2014, p.41):

Mas o que julgais ser a sabedoria se não for a verdade? Pois também isso foi dito: *Eu sou a verdade* (Jo 14,6). Mas para que a sabedoria seja a verdade tem de vir a ser por alguma medida suprema, da qual procede e para qual, estando perfeita retorna.

Para isso, porém, é necessário perceber que todos os homens são “inclinados” a essa realidade de desejarem e aspirarem à verdade. Ou, no mínimo, porque não se empenham nessa tarefa, que constitui a força motriz de sua natureza.

Em *A Trindade*, Agostinho dá uma resposta para o que parece ser a causa desta “confusão”: o peso dos pecados que prendem o homem e o impedem de ascender às realidades superiores. Assim, amam de tal modo a mentira que acreditam ser ela uma verdade, e, por isso, vivem infelizes. Mesmo ao saborear as alegrias passageiras desta vida, não saboreiam nem conhecem a beatitude da eternidade.

Porém, há aqueles que se alegram no esplendor da verdade, e condicionam sua vida a ela, sempre preferindo o verdadeiro ao falso, escalando os bens superiores. Com isso, a felicidade está pautada na sabedoria que, para Agostinho, é o próprio Deus. Note-se como isso pode ser apreendido da seguinte citação:

Todavia, uma vez que o espírito contempla a sabedoria que veio a descobrir, e para usar as palavras desse jovem, quando a ela se atém, nenhuma vaidade irá movê-lo a voltar-se para a falsidade dos ídolos, abraçado ao peso dos quais costuma decair e abismar-se para longe de seu Deus. Não teme nenhuma falta de moderação e, assim, nenhuma indigência e nem portanto a miséria. Aquele que é feliz, portanto, tem sua justa medida, isto é, a sabedoria (Agostinho, 2014, p. 41).

Destarte, a sabedoria que tem a possibilidade de tornar o homem feliz é o próprio Deus (Silva, 2023). Consequentemente, a felicidade estanca-se na contemplação da Trindade e a retenção da verdade já é a felicidade na concepção agostiniana. Em *A Cidade de Deus*, Agostinho afirma-o com todas as letras:

Contudo, ninguém é feliz, se não goza do que ama. Isso, porque os mesmos que amam as coisas que não se deve amar, não se julgam felizes amando-as, mas gozando-as. Não é feliz, por conseguinte, quem goza do que ama e

ama o verdadeiro e soberano bem? Não é cúmulo da miséria negá-lo? Ora, o verdadeiro e soberano bem é Deus mesmo, di-lo Platão. Por isso quer que o filósofo tenha amor a Deus, pois se a felicidade é o fim da filosofia, gozar de Deus, amar a Deus é ser feliz (Agostinho, 2013, p. 323-324).

Em suma, a conceituação de beatitude na filosofia de Agostinho está inteiramente entrelaçada à ideia de Verdade, que é a própria substância de Deus. Efetivamente, a verdade é o próprio fundamento e embasamento da vida feliz, mas como atingi-la ainda é um problema que precisa ser tratado por nossa investigação, demonstrando, sobretudo, o papel da interioridade nesse processo. Algo disso já foi aludido pelas páginas anteriores, mas cumpre-se dar maior desdobramento no que segue (Figueiredo e Silva, 2021).

1.2 O PAPEL DA ILUMINAÇÃO DIVINA NA COMPREENSÃO DA VERDADE

É imprescindível ressaltar que o desejo único de Agostinho é buscar manifestar uma verdade absoluta e única, isto é, uma ciência eterna imutável que não conhecesse desvio. Cansado de percorrer a vida com suas “verdades” mutáveis e frágeis, Agostinho decide mergulhar em si mesmo e investigar o verdadeiro conhecimento, para, finalmente, após as perscrutações anteriores, descobrir a sabedoria almejada incorporada em seu interior (Pereira, 2020).

Nas *Confissões*, remete e transparece sua inquietação ao observar que a luz estava dentro de si, já quando, infelizmente, insistia em buscá-la fora de si, especialmente nas belas formas das criaturas:

Tarde te amei, beleza tão antiga e tão nova, tarde te amei. Mas eis: estavas dentro e eu estava fora. Lá fora eu te procurava e me atirava, deforme, sobre as formosuras que fizeste. Tu estavas comigo, mas eu não estava contigo. Mantinham-me longe de ti coisas que, se não estivessem em ti, não seriam. Chamaste e clamaste e quebraste minha surdez; faiscaste, resplandeceste e expulsaste minha cegueira; exalaste e respirei e te aspirei; saboreei e tenho fome e sede; tocaste-me, e ardo na tua paz (Agostinho, 2017a, p. 199).

Totalmente mergulhado nas verdades transcendentais, especialmente, de que a verdade absoluta realmente habitava em seu interior, Agostinho deu um passo fundamental na elaboração de sua gnoseologia. Deus é o fundamento da verdade e pode ser acessado pela participação da criatura – da criatura que ele mesmo e cada um de nós somos – como presença interior e, por isso, predisposição à possibilidade de acertar, de evitar o erro, de atingir a verdade sobre tudo o que existe.

Dessa maneira, é o Ser transcendental e, ainda assim, passível de habitar no íntimo da alma do homem, acessível por meio do olhar interior, que é o conhecimento sobrenatural. Consequentemente, a iluminação divina diz nas manifestações, nos sinais do pensamento a partir dos quais o homem pode conhecer os bens que são eternos. Sendo o homem criado e Deus a Sabedoria imutável de toda a criação, a iluminação divina está presente na mente dos homens:

De tudo isso, basta-nos ter certeza de que, quando o ser humano puder pensar sobre a natureza de sua alma e encontrar verdade, não a encontrará em outro lugar, a não ser em si mesmo. Encontrará, porém, não o que ignorava, mas aquilo em que não pensava. Pois, o que sabemos nós, se não sabemos o que há em nossa mente? Visto que tudo o que sabemos, só podemos conhecê-lo por meio de nossa mente (Agostinho, 1995, p. 223).

Portanto, a iluminação divina na compreensão da verdade, dá-se por mediação de Deus, que faz penetrar uma luz verdadeiramente invisível e indizível na razão do homem, devido ser a parte pertencente ao homem que mais se igualiza a Ele. Trata-se de uma imagem utilizada por Agostinho para se referir à razão, essa dimensão espiritual que aproxima o homem do seu criador. Assim, o homem que age segundo a razão, contempla o conhecimento inteligível, aquele pensamento eterno (Correia, 2022).

Esse argumento totalmente ontológico de Agostinho é fundamentado na iluminação divina, de modo que Deus é a luz da inteligência do homem, isto é, Ele é a realidade que ilumina e desvela a sabedoria verdadeira que se encontra na consciência. Na visão filosófica, a consciência é a bússola que orienta, guia e conduz ao caminho do bem verdadeiro, o bem supremo.

Portanto, a “consciência não se engana e nem é enganada, na medida em que Cristo fala na interioridade, coloca na mais profunda natureza humana o conhecimento incorruptível a fim de que o intelecto seja guiado em direção a Deus” (Pereira, 2020, p. 82). Colocando assim no mais profundo da natureza humana o conhecimento incorruptível a fim de que o entendimento seja totalmente guiado em direção a Deus. Segundo o modelo de Cristo, o ser racional chega à contemplação da verdade:

Naquela Verdade eterna, segundo a qual todas as coisas temporais foram feitas, é que contemplamos com o olhar da mente a forma que serve de modelo a nosso ser, e conforme à qual fazemos tudo o que realizamos em nós ou nos corpos, quando agimos segundo a verdadeira e reta razão.

Graças a ela, nós temos em nós conhecimento verdadeiro das coisas, conhecimento que é como verbo por nós gerado em uma dicção interior. E esse verbo não se afasta de nós ao nascer (Agostinho, 1995, p. 149).

Por conseguinte, Agostinho compreende que Deus é a verdadeira sabedoria, que é imutável e infinita, que não experimenta desvios. Por isso, não existe sabedoria verdadeira fora de Deus, porque Ele é a própria sabedoria (Pereira, 2020).

E o homem só obtém essa sabedoria dado que a iniciativa primária provém Dele. Nota-se, desse modo, que, para elaborar e concretizar sua doutrina, Agostinho esclarece que a alma do homem alcança a inteligibilidade divina através da própria luz divina. Porém, a luz não é Deus, mas sim gerada pela graça divina quando concedida à vontade humana:

Todo aquele que entende, é iluminado por certa luz não corporal, não carnal, não exterior, mas interior. Existe, portanto, irmãos, certa luz interior, que não possuem os que não entendem. [...] Junto de Deus está a fonte da vida e a fonte inexaurível; na sua luz temos uma luz indefectível. Deseja tal luz, certa fonte, certa luz que teus olhos desconhecem. Os olhos interiores são capazes de vê-la. A sede interior arde no desejo de tal fonte (Agostinho, 1997, p. 328).

Tendo esse entendimento da iniciativa primária da ação divina na razão do homem, Agostinho compreende que Deus é o “bálsamo da verdade”, é a sabedoria que brilha e ilumina a razão do homem, jamais como uma luz material, mas sim, como luz espiritual, incorpórea (Pereira, 2020). Deus não fala murmurando aos ouvidos carnavais como os homens se comunicam, mas expressa-se na consciência, na razão do homem. E o homem reconhece essa comunicação mediante sua participação na ação divina:

Vários são dotados de vista mais aguda que a nossa, para ver a luz sensível, mas não podem atingir a luz incorpórea, cujos raios nos iluminam a alma, para assegurar-nos a retidão de nossos juízos. E a medida de nossa participação nessa luz é a medida de nossa inteligência (Agostinho, 2017b, p. 71).

Com a profundidade de como ocorre a ação divina, ou seja, a iluminação divina na razão humana, deve-se questionar quais são meios de compreensão da iluminação divina. E Agostinho utiliza-se dos meios atemporais e imutáveis. Com isso, essa concepção do pensador consiste em conservar o posicionamento de que a verdade é una, eterna, imutável. Na passagem a seguir afirmamos a relação da iluminação divina na vida de Agostinho:

E se outro ainda dissesse que é chamada céu e terra, apropriadamente, a natureza visível e invisível e que, por ela, é abarcada por esses dois vocábulos a totalidade das criaturas, que Deus fez na Sabedoria, isto é, no princípio; mas que, no entanto — como elas não são da mesma substância de Deus, mas foram ambas feitas do nada, porque não são o mesmo que Deus é, e há em ambas certa mutabilidade, quer permaneçam, como a eterna casa de Deus, quer mudem, como a alma e o corpo do homem —, a matéria ainda informe comum a todas as coisas visíveis e invisíveis, ainda informe, mas por certo formável, de onde foram feitos o céu e a terra, ou seja, as criaturas visíveis e invisíveis, ambas já formadas, que aqueles nomes indicam, tal matéria foi indicada pelas palavras que a definem terra invisível e desordenada e trevas sobre o abismo, mas com esta distinção: que por terra invisível e desordenada se entende a matéria corporal antes da qualificação pela forma; por trevas sobre o abismo, a matéria espiritual antes da coibição de uma fluidez sem limites e antes da iluminação pela Sabedoria? (Agostinho, 2017a, p. 250).

A doutrina da iluminação compreende-se como uma válvula, um meio que impele, uma impulsionadora, que é o processo de interiorização em que Deus ilumina a mente humana para conceber o conhecimento imperceptível aos sentidos sensíveis. Vejamos o que diz o filósofo no seguinte fragmento:

Quando a inteligência acede, o que é próprio da mente, acontece à revelação ou o conhecimento ou a profecia ou o ensinamento. Por isso diz: Se eu for ter convosco, falando em línguas: como vos serei útil, se a minhas palavras não vos levar nem revelação, nem ciência, nem profecia, nem ensinamento? ou seja, com sinais; isto é, a inteligência deve aceder à mente para fazer o que faz não somente pelo espírito, mas também com a mente (Agostinho, 2014, p. 210).

Como afirmado acima, a iluminação divina é uma iniciativa da graça, ou seja, um dom do próprio Deus. Entretanto, necessita da licença da criatura. Sendo assim, ela torna-se um processo, um desenvolvimento lento e gradativo por meio do qual a mente deseja, prepara e aceita a posse da verdade (Pereira, 2020, p.84).

De acordo com Correia (2022), pode-se dizer que a iluminação divina equivale a acender uma lâmpada em uma casa: a luz que é produzida pela lâmpada, gradativamente vai iluminando e apresentando o que estava oculto, e o mesmo acontece com o intelecto. Deus ilumina a mente e faz o homem enxergar, vislumbrar o que estava oculto dentro de si. E, assim, a criatura compreende a imagem do Ser absoluto na sua própria natureza. Deus é visto apenas pelo olhar interiorizado da alma.

Enfim, é possível destacar o papel da iluminação divina na compreensão da verdade em Agostinho porque ela participa da própria natureza divina, haja vista que o homem é uma centelha, uma parte do Criador, como sua obra. Sendo assim, a alma

traz presente na memória o conhecimento de si, das verdades e das razões eternas. Com isso, a razão iluminada por esses princípios primeiros, sempre atuante na memória, por meio do *cogito*, é capaz de compreender as nuances da Verdade à luz das razões eternas.

Essas reflexões de Agostinho permitiram que ele compreendesse que mesmo o homem racional, que é de natureza temporal, recebe uma iluminação divina que é concedida pelo Mestre interior, um ser atemporal. Para Agostinho, Deus é a única substância que não sofre mudanças, ou seja, é imutável. Por isso, é a verdade. Como Criador, ele inseriu na mente humana centelhas de sua mente, que ilumina com luz inarrável, que penetra e propala o conhecimento através do processo de interioridade (Pereira, 2020).

1.3 VERDADE E SABEDORIA: “CAMINHOS” PARA A FELICIDADE

Logo após sua conversão (387), Agostinho constitui uma obra que ele⁶ a caracteriza como *Contra os Acadêmicos*. Assim, uma obra que se dedica e acentua ainda mais o problema da verdade. Entretanto, a questão central que se questiona nesta obra é o fato de se é possível conhecer a verdade ou não. Agostinho, com a certeza da existência da verdade, chega ao questionamento da plausibilidade de um conhecimento pleno da verdade, ou, se a vida feliz consistiria na sua busca constante, porém, sem encontrá-la.

Com esta problemática, Agostinho encontra um consenso de que o problema da verdade não a toca em si mesma, mas a um tema consequente, isto é, a beatitude, que é o fim último, a planificação da vida, o sumo bem, o elemento necessário para se possa gozar da felicidade. Dessa maneira, podemos nos questionar sobre o papel da verdade e da sabedoria como “caminho” para a felicidade (Figueiredo e Silva, 2021).

Em toda sua filosofia Agostinho baseava-se na busca da beatitude e como alcançá-la. Essa problemática perpassa e absorve todas as suas obras, pois esse era o tema que entrelaçava todos os seus anseios racionais e espirituais (Sousa, 2021). Portanto, Agostinho baseou sua filosofia não somente em suas perspectivas, mas

⁶ Os Acadêmicos eram um grupo de filósofos céticos com os quais Agostinho se encontrou em sua busca pela verdade. Eles afirmavam que era impossível para o homem conhecer a verdade (Simões, 2012, p. 25).

conhecia diversas posições filosóficas que argumentavam sobre esse problema, sobretudo, as concepções de felicidade estoicas e neoplatônicas. Comenta sobre isso Marcos Costa (2013, p. 20):

Entretanto, se Agostinho adota o eudaimonismo da tradição greco-romana, como bem a ser almejado por todo homem vindo a este mundo, discorda desta quanto ao lugar onde encontrá-lo e do método para alcançá-lo, fazendo da razão ou filosofia não mais um fim em si mesma, mas um meio, ou um porto, transformando a felicidade em Verdadeira Felicidade, a ser alcançada unicamente em Deus, e a fé revelada em verdadeira filosofia, estabelecendo uma distinção entre sabedoria, alcançada pela filosofia, e Verdade – Deus, revelada no cristianismo, e nisso reside à originalidade de nosso filósofo cristão em relação à tradição filosófica greco-romana.

Diante disso, em sua obra *De Beata Vita*, Agostinho dedica-se ao tema da felicidade e afirma veemente que a felicidade está alicerçada em algo que não pode ser perdido, perecer, ou até mesmo, ser confundido. Logo, a felicidade não pode estar em nada que possa se corromper ou que esteja nos prazeres ou poderes deste mundo e sim na concretude da posse de Deus, que é a plena sabedoria. Assim, Agostinho encontra na sabedoria a única forma de possuir a felicidade plena (Correia, 2022).

Chega-se, seguindo esse itinerário, ao questionamento: De que forma a verdade e a sabedoria são caminhos para se possuir a felicidade? Sabemos por que razão Agostinho explorou em toda sua vida a necessidade de se conhecer e amar a verdade, pois constatou que com ela nos tornamos sábios e que a sabedoria é a condição sem a qual ninguém pode ser feliz (Souza, 2006). Isto posto, Agostinho não procurava a verdade para meramente ser sábio, mas para ser feliz. Em sua obra *Cidade de Deus*, apresenta:

Não há razão para o homem filosofar senão para que seja feliz; e o que faz com que este seja feliz é o fim bom; não há, por conseguinte, nenhuma causa para filosofar, salvo a meta do bem; por essa razão, aquela que não segue o fim bom não pode ser dita seita filosófica (Agostinho, 1991, p. 589).

Por esse motivo, em sua filosofia, as argumentações e questionamentos sobre a verdade, a sabedoria e a felicidade são alicerçadas e continuamente ligadas umas às outras. Com isso, o desejo da felicidade conduz o homem à verdade e concomitantemente à sabedoria (Correia, 2022).

Podemos afirmar que a verdade se torna um fundamento para a razão, já que o verdadeiro se fundamenta naquilo que é. “O verdadeiro consiste naquilo que é.

Desta forma, o verdadeiro está relacionado às coisas divinas na medida em que elas são por excelência” (Correia, 2022). O conhecimento da verdade é ligado à felicidade de forma intrínseca e, assim sendo, buscar conhecer é antes de qualquer coisa buscar uma vida feliz. E, segundo Gilson, Agostinho tem duas formas de conhecer:

O saber pelo saber, isto é, uma busca sem fim e que, de certo modo, nutre-se a si mesmo, pois se sabemos apenas por saber, jamais chega o momento em que sabemos o bastante, ou saber para ser feliz, nesse caso há um fim para a busca, portanto, limites e um método que se ordena para alcançá-los (Gilson, 2006, p. 224).

O conhecimento não pode ser buscado por si mesmo, pois, dessa forma, não terá uma finalidade, não terá um ponto final. Porém, se escolhermos de forma clara e objetiva, pela definição do filósofo, o pensamento passa a ter um ponto de partida, um caminho e um ponto de chegada, que, obviamente, é a sabedoria. Sendo a meta final de Agostinho a vida feliz, o seu pensamento excita, provoca caminhos a partir da verdade, uma verdade baseada e concretizada na sabedoria a fim de alcançar o seu maior desejo, a plena felicidade (Beraldi, 2010).

E é necessário acentuar que, para Agostinho, a verdade existe ontologicamente, e, por diversas vezes, ele a classifica como Deus. A partir dessa verdade, que é o próprio Deus, tudo se fundamenta e são fundamentadas todas as demais verdades epistemológicas (Silva, 2023). Com essa afirmação, podemos perceber que a filosofia de Agostinho percorre um itinerário da mente para Deus, percorre um caminho que conduz à sabedoria. Assim alude o comentador:

A sabedoria é como uma luz inefável da mente, como a luz do sol. Há pessoas que conseguem olhar para esta luz e não sentir nenhuma perturbação, mas há outras que são feridas pelo brilho, e por não conseguir ver, acabam retornando às trevas dos prazeres. Portanto, estes que não conseguem ver a luz inefável devem buscar amar mais a sabedoria, e, para isso, precisam ser exercitados, passando por algumas etapas (Correia, 2022, p. 231).

Como citado acima, deve-se recordar da conversão de Agostinho e de como essa conversão ao cristianismo romano influenciou sua filosofia; portanto também em relação à sabedoria e à verdade como caminhos que conduzem para a felicidade. Agostinho afirma que a verdade é um ser, que é a sabedoria, o Filho de Deus, o Cristo Jesus, e é a partir do Cristo que se fundamenta toda e qualquer verdade:

Tinha fome de ti, e havia aquelas padiolas¹⁹ em que traziam, em teu lugar, o Sol e a Lua, belas obras tuas, porém obras tuas, não tu, e nem sequer as primeiras. Pois tuas obras espirituais são anteriores a essas, que são corporais, ainda que luminosas e celestes. Eu, porém, tinha fome e sede nem sequer dessas primeiras obras, mas de ti, Verdade na qual não há mudança nem sombra de variação (Agostinho, 2017a p. 59).

Essa tríade do pensamento de Agostinho, verdade, sabedoria e felicidade, não é dividida em setores, mas uma não aparece sem a outra. Portanto, a filosofia para Agostinho é um composto do esforço racional humano na constante busca de ser feliz. E, para isso, é necessário buscar e alcançar a verdade, pois, para ele, é a partir dela que o homem pode ser sábio e, conseqüente, abraçar a felicidade. Esse é o caminho que o filósofo propõe, que é compreender a verdade como sabedoria que nos dará a planificação da felicidade.

2 ETHICA AUGUSTINI

Amar é mudar a alma de casa.
Mario Quintana

As reflexões de Santo Agostinho sobre a ética e a moralidade foram profundamente moldadas pelo cristianismo e pela filosofia clássica, especialmente pelas obras de Platão e dos neoplatônicos. Platão, com sua teoria das ideias e a ênfase na realidade transcendente, forneceu a Agostinho uma estrutura para pensar sobre a natureza do bem e do mal. Desta forma, Agostinho inaugura uma “nova concepção de ética, sendo o embasamento da ética o amor. Amando o que deve ser amado de forma ordenada. Essa síntese permitiu a Agostinho formular uma ética cristã que valorizava tanto a fé quanto a razão, orientando a vida humana em direção ao bem supremo, identificado com Deus: “De Sócrates em diante, os filósofos gregos sempre disseram que o homem bom é aquele que sabe e conhece, pois o bem e a virtude são ciência. Já Agostinho diz, ao contrário, que o homem bom é aquele que ama: aquele que ama aquilo que deve amar” (Reale, 1990, p. 459).

Um dos princípios centrais da ética de Agostinho é o conceito do amor (*caritas*) como fundamento da vida moral e espiritual. Para Agostinho, o amor não é apenas um sentimento ou uma emoção, mas a força motriz que orienta as ações humanas e determina a verdadeira felicidade: “Para Agostinho, o amor não é apenas um sentimento ou uma emoção, mas a força motriz que orienta as ações humanas e determina a verdadeira felicidade” (Souza, 2006, p.45).

2.1 O AMOR COMO PRINCÍPIO ÉTICO E SUA RELAÇÃO COM A FELICIDADE

O amor, conforme Agostinho, pode ser dividido em duas categorias principais: o amor a Deus (*caritas*) e o amor ao mundo (*cupiditas*). O amor ao mundo deve ser consequência do Amor a Deus, e não finalidade, como ele afirma em *Confissões*:

Se os corpos te agradam, louva a Deus por eles e dirige teu amor para o artífice deles, para que não desagrades nas coisas que te agradam. Se as almas agradam, que sejam amadas em Deus, porque elas também são mutáveis e se fixam nele estavelmente: de outra maneira, irão e perecerão.

Que sejam amadas nele, então, e arrasta contigo para ele quantas possas, e diz a elas: “Amemo-nos aqui”: ele fez essas coisas e não está longe. Pois não as fez e foi embora: derivam dele e estão nele. Eis: onde está? onde saboreamos a Verdade? Está no fundo do coração, mas o coração se desgarrou dele. Voltai, traidores, ao coração e juntai-vos àquele que vos fez. Ficai nele e permanecereis estáveis, repousai nele e encontrareis a quietude. Por que ides por caminhos escabrosos? Para onde ides? O bem que amais vem dele: enquanto leva a ele, é bom e doce; mas tudo o que afasta dele se tornará amargo com justiça porque, quando ele é abandonado, ama-se injustamente (Agostinho, 2017a, p. 74).

No entanto, a questão moral a ser analisada não é se o amor deve ou não existir, mas sim o que se deve amar verdadeiramente. Isso porque, segundo Agostinho, o amor está intrinsecamente ligado à natureza humana. Assim, o amor é entendido como uma característica essencial do ser humano. “O amor é uma atividade própria do ser humano, sendo o mesmo uma tendência natural para um certo bem” (Almeida, 2014, p. 3).

Dessa forma, o amor é concebido como o motor da vontade humana. Sendo o homem verdadeiramente um ser dotado de livre-arbítrio, pode-se afirmar que ele é movido pelo amor, ao contrário dos animais, que agem puramente por instinto. Com essa compreensão, a noção de amor torna-se o “cerne” da ética agostiniana, desta forma, podemos afirmar com Gilson (2006, p. 257): “De início, é evidente que se o amor é o motor íntimo da vontade, e se a vontade caracteriza o homem, pode-se dizer que o homem é essencialmente movido por seu amor”

Torna-se evidente que o amor está profundamente enraizado no coração humano, sendo uma característica essencial do ser humano. Consequentemente, há uma inclinação natural para a busca do bem, ou seja, para aquilo que é ético. “O amor está na própria existência humana. Segundo Santo Agostinho é um apetite natural pressuposto pela vontade livre. Esta — a vontade livre — deixa-se direcionar pela razão e leva o ser humano para Deus” (Almeida, 2014, p. 2).

Como exposto anteriormente, o amor a Deus constitui o mais elevado princípio ético, uma vez que se trata de um amor desinteressado, pautado pela observância da ordem adequada do amor. Nesse contexto, Agostinho, em sua obra *A Doutrina Cristã*, afirma:

Vive justa e santamente quem é perfeito avaliador das coisas. E quem as estima exatamente mantém amor ordenado. Dessa maneira, não ama o que não é digno de amor, nem deixa de amar o que merece ser amado. Nem dá primazia no amor àquilo que deve ser menos amado, nem com igual

intensidade o que se deve amar menos ou mais o que convém amar de forma idêntica (Agostinho, 2002, p. 65).

Consequentemente, na hierarquia das coisas a serem amadas, Deus, o Criador, ocupará o primeiro lugar, sendo preeminente, e deve-se amá-Lo acima de todas as outras coisas: “Que voltem atrás, então, e Te busquem, pois Tu não abandonas Tua criatura como eles abandonaram seu Criador” (Agostinho, 2017a, p. 83). É esse amor que confere ao ser humano a dimensão ética e a verdadeira felicidade.

Por outro lado, o amor ao mundo, ou amor desordenado, é definido pelo apego excessivo aos bens materiais e às paixões terrenas, que desviam o indivíduo do propósito divino e conduzem ao sofrimento e à infelicidade (Agostinho, 2017a, p. 47). Assim, a relação entre amor e felicidade na ética agostiniana é profundamente intrínseca e essencial.

Vale insistir, a relação entre amor e felicidade na ética agostiniana é indubitavelmente intrínseca e essencial. Agostinho sustenta que a verdadeira felicidade pode ser almejada e alcançada apenas quando o amor está corretamente ordenado, isto é, quando Deus ocupa a posição de primazia e o lugar central na vida do indivíduo: “A felicidade não é encontrada em coisas terrenas e temporais, mas na busca pelo eterno e imutável” (Agostinho, 1995, p. 45). Assim, para Agostinho, a beatitude plena, que corresponde à verdadeira felicidade, não se limita à satisfação dos desejos humanos, mas constitui um estado de beatitude que resulta da comunhão com Deus.

Podemos afirmar, conforme Agostinho, que a ética cristã é fundamentalmente uma ética do amor. Agostinho sustenta que todos os mandamentos de Deus se resumem no amor: “Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu entendimento e com todas as tuas forças” e “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22,37-39). Portanto, a centralidade da ética e da moral em Agostinho reside no amor pelo bem supremo, que é a caridade. Como ele próprio afirma, a caridade pode ser entendida como uma luz, um peso interior que orienta a alma em direção a Deus: “Meu peso é meu amor: ele me leva por onde quer que seja levado” (Agostinho, 2017a, p. 269).

Agostinho prossegue afirmando que toda a lei dos profetas se resume no mandamento do amor, e que essas não são meramente diretrizes morais, mas sim expressões da verdadeira natureza humana, criada à imagem e semelhança de Deus,

que é amor: “Para edificar, ao contrário, a Lei é boa, conquanto seja usada segundo as regras, porque sua finalidade é a caridade que procede de um coração puro, de uma boa consciência e de uma fé sem hipocrisia. E nosso Mestre sabe quais são os dois preceitos dos quais fez depender toda a Lei e os Profetas” (Agostinho, 2017a, p. 251). Isso porque, na perspectiva agostiniana, o amor é também o fundamento da justiça. O amor da criatura para com o Criador constitui o início da justificação da alma, uma vez que a justiça se manifesta ao agir em conformidade com o amor a Deus e ao próximo. O amor a Deus, ao atingir seu ápice, preenche a alma de maneira completa e integral, levando-a, assim, a realizar obras movidas exclusivamente pela caridade.

Agostinho caracteriza a sociedade justa como aquela em que o amor a Deus é predominante, e onde a presença do Onipotente é fundamental, uma vez que Ele é a própria caridade. É imperativo que Deus esteja imbuído no ser humano da mesma maneira que o sangue circula nas veias. Assim, Agostinho exprime essa ideia em sua obra *A Cidade de Deus*:

É aí que radica a profunda diferença que distingue as duas cidades de que falamos. Uma é a sociedade dos homens piedosos e outra a dos homens ímpios, cada qual com os anjos de seu grêmio, nos quais precedeu, ali o amor a Deus e aqui o amor a si mesmo (Agostinho, 1991, p. 233).

Assim sendo, a caridade, entendida como o amor ao próximo, é o princípio fundamental e a base de toda a socialização humana. Esse amor, concedido aos homens a partir de Deus, materializa o amor divino, que, por sua natureza, exige a sua disseminação e prática entre os indivíduos. Consequentemente, em razão da caridade, o amor assume uma extensão social, funcionando como um princípio de socialização para o ser humano: “É pela caridade que Agostinho constrói uma ponte entre o homem individual e o homem social. Isso ocorre devido ao fato de que a realização do amor em Deus exige a realização do amor entre os homens” (Almeida 2014, p. 5). Dessa maneira, na cidade ideal descrita por Agostinho, a paz e a harmonia são alcançadas através da prática contínua do amor e da caridade.

Portanto, a conexão entre ética e felicidade não pode ser estabelecida através dos prazeres sensoriais, materiais e ilusórios, mas unicamente naquilo que é imutável. Epicuro, um filósofo helenístico, defendia o hedonismo, tendo o prazer como causa principal da vida, e afirmava: “Essas coisas, sendo temporais e mutáveis, não podem

satisfazer o desejo profundo do coração humano por algo eterno e imutável” (Epicuro, 2002, p. 31). Assim, apenas no eterno e imutável o ser humano pode alcançar a verdadeira felicidade e a plena satisfação da alma. Em consequência, é somente ao se fixar no imutável que o homem encontrará o verdadeiro amor.

Agostinho também aborda a ideia de que o amor é fundamental para a transformação interior. Ele sustenta que a conversão ao amor de Deus modifica o coração humano, purificando-o dos desejos desordenados e redirecionando-o para uma vida virtuosa. Para Agostinho, esse processo de transformação é uma manifestação da graça divina, que capacita o ser humano a amar a Deus e ao próximo de maneira genuína e altruísta: “A graça restauradora é auxílio disponível a todos e, sobretudo, aos que a buscam. Se o auxílio divino de que necessita o homem é dom e, portanto, gratuito, sem merecimento prévio, logo, destina-se a todos” (Coutinho; Costa, 2015).

Na ética agostiniana, a prática do amor transcende a mera obrigação moral, constituindo-se como uma expressão da liberdade humana. Agostinho argumenta que o verdadeiro amor é caracterizado pela liberdade e pela vontade, não sendo imposto por coerção ou obrigação externa. Para Agostinho, esse amor livre e voluntário é a essência da vida cristã e a fonte da verdadeira felicidade, entretanto, “Sem o auxílio da graça, o livre arbítrio elegeria o mal; com ela, dirige-se para o bem eterno” (Pessanha, 1980, p. 23). Consequentemente, é por meio da liberdade humana que se atinge a verdadeira felicidade:

O auxílio divino faz com que o livre arbítrio seja realmente liberdade, no sentido de que poderá realmente caminhar no bem a despeito dos percalços que o ameaça. Desse modo, o livre arbítrio é tanto condição de possibilidade de prática do mal, escravidão, quanto, com o auxílio divino, da vivência do bem, liberdade, em direção à suma Felicidade (Barros, 2017, p. 27).

Assim, sendo o homem um ser criado de forma única, ele deveria, por natureza, exercer sua liberdade dentro da ordem do amor. No entanto, devido ao uso inadequado de seu livre arbítrio, ele se torna escravo de si mesmo e de suas paixões. Com isto, “A liberdade não existe, portanto, quando se escolhe o mal, apenas há liberdade quando pelo livre arbítrio escolhe-se o bem, o reto, o ordenado, aquilo para o que foi criado, quando o homem se inclina as verdades eternas e não os temporais” (Barros, 2017, p. 27). Portanto, para que sua liberdade não seja comprometida ou enganada por si mesmo, é crucial destacar a importância da intenção no ato moral. O

ato não depende apenas de sua execução, mas também da intenção com que é realizado. Essa ênfase na intenção sublinha a centralidade do amor na ética agostiniana, na qual o amor verdadeiro constitui o parâmetro fundamental para a moralidade e a felicidade.

Portanto, o amor é um elemento central na compreensão da ética agostiniana. O verdadeiro entendimento do amor orientará o desenvolvimento do pensamento ético. Assim sendo, a caridade será a essência de toda a ética de Agostinho: "Agostinho entende que o amor é a essência e o combustível da vida humana. Para ele não amar pode ser entendido como não viver. Uma vida infeliz é aquela que não ama e isso é o mesmo que viver de forma precária ou morrer" (Almeida, 2014, p. 6). Nesse contexto, o Papa Bento XVI afirma em sua encíclica *Deus Caritas Est* (2005, p. 9):

A Escritura parece dar o seu aval à primeira objecção, quando afirma: «Se alguém disser: "Eu amo a Deus", mas odiar a seu irmão, é mentiroso, pois quem não ama a seu irmão ao qual vê, como pode amar a Deus, que não vê?» (1 Jo 4, 20). Este texto, porém, não exclui de modo algum o amor de Deus como algo impossível; pelo contrário, em todo o contexto da I Carta de João agora citada, tal amor é explicitamente requerido. Nela se destaca o nexos indivisível entre o amor a Deus e o amor ao próximo: um exige tão estreitamente o outro que a afirmação do amor a Deus se torna uma mentira, se o homem se fechar ao próximo ou, inclusive, o odiar.

A ética de Agostinho, portanto, configura-se como uma ética do amor, onde o amor a Deus e ao próximo constitui o princípio central que orienta todas as ações e decisões morais. Esse amor é a chave para a verdadeira felicidade, a qual não se encontra nas coisas temporais e perecíveis, mas na comunhão eterna com Deus. A prática do amor, a transformação interior, a vida comunitária, a obediência à lei divina, a confiança na providência e a esperança na felicidade eterna são todos elementos essenciais da ética agostiniana, que direcionam para uma vida virtuosa e para a verdadeira felicidade. Como afirmará Vaz (1999, p.194): "Dela procederá à concepção agostiniana da virtude como "ordem do amor" (ordo amoris), que assumirá e reordenará segundo o dinamismo do mandamento evangélico do amor a concepção clássica da virtude como perfeição no uso da razão reta [...]"

Finalmente, a concepção de Agostinho sobre o amor e a felicidade é permeada por um profundo otimismo. Ele argumenta que, apesar das imperfeições e do sofrimento inerentes à vida terrena, a felicidade eterna é alcançável através do amor a Deus. Nas palavras de Silva (2015, p. 221), a "“esperança na felicidade eterna

inspira e sustenta a prática do amor no presente”. Tal esperança proporciona significado e propósito à vida moral e espiritual, orientando o ser humano em direção à comunhão eterna com Deus.

2.2 A ÉTICA AGOSTINIANA COMO GUIA PARA A VIDA FELIZ

É imprescindível ressaltar a específica relação entre a ética e a felicidade na filosofia de Agostinho e como é intrínseca. Ele argumenta que a verdadeira felicidade não é encontrada na satisfação dos desejos humanos, mas na beatitude que resulta da comunhão com Deus. Este estado de beatitude é alcançado quando o ser humano vive em harmonia com a ordem divina e pratica as virtudes cristãs. “Agir em consonância com a ordem com que é disposta a criação é agir segundo a própria natureza humana, é manter-se na inteireza com a qual fora criada e realizar aquilo para o qual se destina ou lhe compete. O homem, criado à semelhança de Deus, tem o livre arbítrio não para pecar, mas para que possa livremente escolher o bem” (Coutinho; Costa, 2015, p. 10). Portanto, os princípios de Agostinho não são apenas um conjunto de regras morais, mas um caminho para a felicidade verdadeira.

E é necessário ressaltar que Agostinho não propõe uma ética exclusivista a si mesmo, mas uma ética que valorize também o seu semelhante, conduzindo a tão desejada felicidade: “Ele deve amar a Deus acima de tudo, e conseqüentemente, está em harmonia com seu semelhante. Isso deve ser o ideal máximo a ser buscado para que se alcance o caminho da virtude” (Silva, 2020, p. 9). Porém, para falarmos da ética agostiniana como guia fundamental para vida feliz, devemos recordar que a ética está também ligada à liberdade humana, ou seja, ao livre arbítrio que é concedido por Deus ao homem.

Um questionamento que surge, é se o homem, que é criação de Deus, experimentado no livre arbítrio assim o é, por que Deus concedeu o livre arbítrio ao homem, se através dele que se pratica o mal? Neste âmbito adentramos ao coração da ética de Agostinho: “O homem escolhe se submeter às paixões, e nessa escolhe há o exercício de seu livre-arbítrio” (Silva, 2020, p. 4). Agostinho argumenta que a dificuldade não é o homem ser possuidor do livre arbítrio, mas de abusar equivocadamente dele:

Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção. Há, pois, uma razão suficiente para ter sido dada, já que sem ela o homem não poderia viver retamente (Agostinho, 1995, p. 74-75).

Como Agostinho afirma, o livre arbítrio foi concedido ao homem visando somente o bem, para que ele pudesse verdadeiramente viver retamente. E é nesse desvio de compreensão do livre arbítrio que “mora” o mal moral. Como afirmam Reale e Antisseri (1990, p. 455-456):

Ninguém deve procurar a causa eficiente da má vontade: essa causa não é eficiente, mas deficiente; não é uma força produtiva, mas a sua falta. Com efeito, afastar-se daquilo que é o ser supremo para aproximar-se daquilo que possui o ser em grau inferior significa começar a ter má vontade.

Distante do Bem Supremo que é Deus, o homem não encontrará outra coisa a não ser o mal, pois se afastou Daquele que pode lhe conceder a felicidade, como afirma Agostinho (1995, p. 53): “A luxúria o consome, a ambição o escraviza, o orgulho o incha, a inveja a tortura, a ociosidade o aniquila, a obstinação o excita, a humilhação o abate”. E esse ato mal ocorre quando o homem deseja ser senhor de si mesmo, procurando se afastar do imutável para se deleitar com as realidades mutáveis: “[...] o mal como força ontológica não existe, mas sim o mal moral. Esse é praticado pelo homem quando o mesmo se utiliza mau de seu livre-arbítrio. Isso ocorre, quando o homem se deixa dominar por suas paixões ao invés de sua razão” (Silva, 2020, p. 5).

Nosso intuito neste capítulo, contudo, consiste em esclarecer de que forma Agostinho propõe a ética como um meio, um caminho para a verdadeira felicidade. Como afirmamos no início da pesquisa, todos os seres humanos buscam e desejam a felicidade. Porém, é nítido como alguns não são felizes, enquanto outros o são. Nenhum homem em uso de suas faculdades racionais deseja a infelicidade para si. A resposta que o filósofo nos concede é novamente dirigida à escolha do modo de viver:

Com efeito, aqueles que são felizes – para isso é preciso que sejam também bons – não se tornaram tais só por terem querido viver vida feliz – visto que os maus também o querem. Mas sim, porque os justos o quiseram com retitude, o que os maus não o quiseram. Nada de estranhar, então, que os homens desventurados não obtenham o que querem, isto é, a vida feliz. Com efeito, o essencial, o que acompanha a felicidade e sem o que ninguém é digno de obtê-la – o fato de viver retamente –, eles não o querem (Agostinho, 1995, p. 62).

Porém, o homem necessita da graça divina para poder agir bem, pois, pela corrupção do pecado original tornou-se inclinado à concupiscência e, por isto, “como consequência do castigo imposto ao primeiro homem, após sua condenação, nascemos mortais, ignorantes e escravos da carne” (Agostinho, 1995, p. 211-212). Pois, somente com o auxílio da graça, o homem poderá agir bem, seguindo, assim, o caminho rumo ao Sumo Bem.

A busca incessante pela verdade em Agostinho culmina em sua ética, que é totalmente alicerçada no amor. E essa ética é baseada e concretizada tendo a primazia no amor a Deus, como afirma Lima (2020, p. 2):

Se a vida feliz está conectada ao amor, a ética de Agostinho é uma ética do amor. Não é possível ser feliz sem Deus, e não é possível estar com Deus e não amar. Portanto, a vida feliz é uma vida na qual a ação humana é orientada pelo amor. Para tanto, deve-se observar critérios para amar, uma ordem do amor.

Com este argumento, podemos nos questionar de que forma Agostinho responde os nossos tempos, de que forma esse filósofo dos primórdios da civilização ocidental responde às inquietações éticas, e como essa mesma ética é caminho e modelo para se viver e alcançar a felicidade. Leonardo Boff (2024) tem uma citação que introduz o mesmo pensamento de Agostinho: “[...] a saída é buscar na própria essência humana, da qual todos são portadores, o seu fundamento: como nós devemos nos relacionar entre nós seres pessoais e sociais”.

À vista disso, é do interior do homem que brota o amor como fundamento da ética agostiniana, direcionando cada pessoa ao lugar de seu repouso. Como disse Agostinho (2017a, p. 116): “Vira-se e revira-se sobre as costas, o ventre e os flancos, mas tudo é duro, e só tu és repouso”. O amor ao ser definido como uma inclinação natural para o bem, portanto, é o motor da vontade humana, que desloca o ser humano. Como afirma Gilson (2006, p. 258):

De fato, o amor do homem jamais repousa; o que pode ser bom ou mal, mas sempre produz algo. Crimes, adultérios, homicídios, luxúrias, é o amor que causa tudo isso, bem como os atos de caridade pura ou heroísmo. Tanto no bem como no mal sua fecundidade é infatigável, e é, para o homem que ele conduz, uma fonte inesgotável de movimento.

Portanto, para que esse amor seja a centralidade e suporte da ética, não deve ser desordenado, mas guiado e transformado pela virtude. Será verdadeiramente

direcionado a Deus e, sendo assim, verdadeiramente guiando para a beatitude. Corrigir o amor através da vivência das virtudes é subordinar a vontade à ordem natural das coisas que está impressa na natureza, à qual todos os seres estão submetidos: “ordenando o amor por meio do exercício da virtude e direcionando-o a Deus temos a maior expressão do amor do homem: a caridade” (Lima, 2020, p. 6). E afirmando isto em sua obra *O Livre Arbítrio*, Agostinho (2015, p. 34) sentencia:

Por conseguinte, só quando a razão domina a todos os movimentos da alma, o homem deve se dizer perfeitamente ordenado. Porque não se pode falar de ordem justa, sequer simplesmente de ordem, onde as coisas melhores estão subordinadas às menos boas.

Dessa maneira, o único ser que é passível de corrupção em sua ordem natural é o homem; ele é o único responsável por não dominar suas próprias paixões: “Ouvi outra fala tua: não te deixes levar por tuas paixões e refreia teu desejo” (Agostinho, 2017a, p. 203). Agindo assim o homem orienta-se para o mal caminho que é distante do Bem Supremo. E torna a sua vontade e o livre arbítrio como cúmplices de seu desordenamento. Já a felicidade eterna e verdadeira, repousa e só é possível quando depositamos nosso amor naquilo que é eterno, imutável, imperecível. O homem inclinado à verdade que é Deus e depositando ali seu amor, cumpre plenamente aquilo que Agostinho afirma em sua obra *A Trindade*, como lemos:

Conclui-se daí que todos sabem o que seja a vida feliz. E todos os que são felizes têm o que desejam; embora nem todos os que desejam sê-lo sejam necessariamente felizes. São infelizes os que não têm o que desejam, ou então, se o têm, essas coisas são culposas. Portanto, não é feliz, senão aquele que possui tudo o que quer e nada quer que seja mal (Agostinho, 1995, p. 396).

É verdadeiramente feliz aquele que repousa no lugar para o qual sempre foi inclinado; isto é, o homem é feliz quando repousa em Deus, no eterno. O homem busca a felicidade plena, que também reside em seus desejos, e a excitação que o homem busca desde seu nascimento é a felicidade. Alcançá-la-á somente quando atingir Deus, endireitando o amor através da vida virtuosa, chegando à felicidade: “A verdadeira felicidade terrena se torna possível quando depositamos nosso amor naquilo que é eterno” (Lima, 2020, p. 11).

A abordagem de Agostinho é, portanto, a de uma ética do amor em que o amor a Deus e ao próximo constitui o princípio central que orienta todas as ações e decisões

morais. Esse amor é a chave para a felicidade verdadeira, que não é encontrada nas coisas temporais e perecíveis, mas na comunhão eterna com Deus. A prática do amor, a transformação interior, a vida comunitária, a obediência à lei divina, a confiança na providência e a esperança na felicidade eterna são todos aspectos fundamentais do pensamento agostiniano, que nos orientam para a vida virtuosa e a verdadeira felicidade: “[...] Por sua vez, esse exercício, que confere à vida humana a retidão exigida pelo preceito do “bem viver”, opera a sinergia na prossecução do *fim*, ou seja, da *beatitude* e de sua consumação em Deus [...]” (Vaz, 1999, p. 194).

Além disso, Agostinho argumenta que o amor a Deus não é apenas um princípio ético, mas também um ato de vontade. Ele enfatiza que a vontade humana deve ser direcionada para Deus como seu fim último:

Por que então isso é dito apenas do Espírito? Por que só dele é dito onde estava, como se fosse um lugar que não é um lugar, e só dele é dito que é teu dom? Em teu dom repousamos: lá fruímos de ti. Nosso repouso é nosso lugar. O amor nos eleva para lá e teu bom espírito levanta nossa humildade das portas da morte. Nossa paz está na boa vontade (Agostinho, 2017a, p. 269).

A interpelação Agostiniana, ao destacar o amor como princípio central, oferece uma abordagem holística para a vida ética que transcende a mera observância de regras e normas. Agostinho vê o amor como a essência da moralidade, onde todas as virtudes e ações justas derivam deste amor ordenado a Deus. Ele argumenta que sem o amor verdadeiro, até mesmo as ações moralmente corretas perdem seu valor intrínseco: “Sem amor, todas as virtudes são vãs” (Agostinho, 1995, p. 82). Tal ênfase no amor como fonte de todas as virtudes reflete a visão de que a moralidade é mais do que uma série de comportamentos; é uma expressão do coração transformado pelo amor divino.

E Deus, concedendo ao homem o livre arbítrio como meio de sua plena felicidade e liberdade para agir bem, isto é, a capacidade de o ser humano escolher entre o bem e o mal, nada mais faz que expressar para com ele o seu amor, sendo fundamental para a responsabilidade moral. É o que Agostinho afirma em sua obra *O Livre Arbítrio*:

Desse modo, quanto mais nós dependermos de Deus pela graça, tanto mais seremos livres. Em outras palavras, tanto mais livre é o homem, quanto mais opta pelo bem e aproxima-se dele. A verdadeira liberdade não consiste na

faculdade de escolher entre o bem e o mal, e sim no poder voltar-se para o bem e renunciar ao mal (Agostinho, 1995, p. 277).

Essa perspectiva reforça a ideia de que a visão agostiniana não é coercitiva, mas uma chamada à liberdade responsável, em que o ser humano é convidado a amar e agir segundo a vontade divina. Portanto, para seguir a vontade divina, é necessária a obediência a Deus para o cumprimento fiel a Ele:

[...] quanto mais no caso de Deus, rei do universo, suas criaturas devem se submeter sem hesitação ao que ele ordena! De fato, como nos poderes das sociedades humanas o poder maior prevalece sobre o menor na obediência, assim Deus prevalece sobre todos (Agostinho, 2017a, p. 60).

O filósofo argumenta que a obediência à vontade de Deus não é uma imposição externa, mas uma expressão do amor verdadeiro. E essa obediência amorosa é fundamental para a vida ética, pois orienta o ser humano para a verdadeira felicidade e realização.

2.3 A ÉTICA DA COMUNIDADE: A CIDADE DE DEUS E A VIDA EM SOCIEDADE

A obra *A Cidade de Deus* de Agostinho é um marco na filosofia e teologia, pois é elaborada logo após a queda do império romano. Sendo assim, afetado por esta realidade, Agostinho concebe sua reflexão sobre o destino não somente de Roma, mas de todo contexto ocidental em que estava inserido (Duarte, 2017, p. 2). Uma obra em que oferece uma visão profunda sobre a ética da comunidade e a vida em sociedade, contrastando duas cidades: a cidade terrena, fundamentada no amor ao mundo e nos interesses egoístas, e a Cidade de Deus, alicerçada no amor a Deus e na busca pelo bem comum. E isto mesmo o autor afirma: “Nela não reina o amor à vontade própria e particular, mas gozo do bem comum e imutável e a obediência da caridade, que de muitos faz um só coração, ou seja, perfeita concórdia” (Agostinho, 2017b, p. 270).

Essa dicotomia serve como uma metáfora para entender a tensão entre os valores espirituais e materiais, orientando uma reflexão sobre como uma comunidade pode viver em harmonia e justiça. E, para Agostinho, a cidade “não passa de multidão de homens unidos entre si por algum laço social” (Agostinho, 2017b, p. 283). Com

isto, sendo a cidade a união de algum laço social, conseqüentemente, existe vida em sociedade.

Na cidade terrena Agostinho observa que as paixões desordenadas e o egoísmo predominam, levando à injustiça e ao conflito. Ele argumenta que quando os indivíduos buscam somente a satisfação de seus próprios desejos, a sociedade se desintegra, pois falta um objetivo comum que unifique as ações e intenções dos cidadãos:

Naquela, seus príncipes e as nações avassaladas veem-se sob o jugo da concupiscência de domínio; nesta, servem em mútua caridade, os governantes, aconselhando, e os súditos, obedecendo. Aquela ama sua própria força em seus potentados; esta diz a seu Deus: A ti hei de amar-te, Senhor, que és minha fortaleza. Por isso, naquela, seus sábios, que vivem segundo o homem, não buscaram senão os bens do corpo, os da alma ou os de ambos e os que chegaram a conhecer Deus não o honraram nem lhe deram graças como a Deus, mas desvaneceram-se em seus pensamentos e obscureceu-se lhes o néscio coração. Crendo-se sábios, quer dizer, orgulhosos de sua própria sabedoria, a instâncias de sua soberba, tornaram-se néscios e mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança de imagem de homem corruptível, de aves, de quadrúpedes e de serpentes (Agostinho, 2017b, p. 263).

Em contraste, na Cidade de Deus, o amor altruísta e a caridade são os princípios orientadores, criando um ambiente de paz e cooperação. Essa visão apresenta uma ética comunitária baseada na virtude e na responsabilidade mútua:

Nesta, pelo contrário, não há sabedoria humana, mas piedade, que funda o culto legítimo ao verdadeiro Deus, à espera de prêmio na sociedade dos santos, de homens e de anjos, com o fim de que Deus seja tudo em todas as coisas (Agostinho, 2017b, p. 263).

E é interessante observar que Agostinho, mesmo dividindo a humanidade em duas cidades que possuem valores distintos ainda continua nominando as mesmas como cidades, ou seja, mantém ambas como meio de vida em sociedade e espaço de cultivo para a verdadeira ética, como ele mesmo afirma: “Dividi a humanidade em dois grandes grupos: um, o dos que vivem segundo o homem; o outro, o daqueles que vivem segundo Deus. Misticamente, damos aos dois grupos o nome de cidades, que é o mesmo que dizer sociedades de homens” (Agostinho, 2017b, p. 265).

Todavia, o que distingue uma cidade da outra, não é de âmbito material, mas espiritual, pois caracteriza-se quanto ao desejo e ao desfecho final que desejam encontrar, e quais são os meios que se utilizam para isto. Como reconhecem Boehner

e Gilson (2000, p. 195), há “entre as duas comunidades ou Estados uma distinção de ordem espiritual e não material”.

Para se alcançar a consolidação de uma vida em sociedade baseado na ética de Agostinho é necessário estar alicerçado com a verdadeira justiça que só pode ser alcançada quando o amor a Deus é o princípio governante da sociedade. Para ele, a justiça não é meramente a conformidade com as leis humanas, mas a expressão de um amor ordenado que busca o bem de todos: “mas somente a graça de Deus pode dar o amor e o gosto da verdadeira justiça” (Agostinho, 2017b, p. 153). Essa perspectiva destaca a importância de uma base moral sólida para a coesão social e o bem-estar comunitário.

Podemos, então, refletir que o que o homem busca durante toda sua vida é a felicidade plena. Mesmo na cidade terrena ele anseia por esta realidade. Porém, Agostinho, em sua compreensão, tem a certeza de que o homem não encontrará repouso senão em Deus. Dessa forma, mesmo existindo um Estado coerente e perfeito, ele não saciará a sede de Deus no homem:

Foi essa a grande metamorfose trazida pelo pensamento cristão: a transição do logos grego para o cristão. S. Agostinho procura outro mundo – muito para além do mundo da cultura intelectual grega. Mesmo no Estado ideal descrito por Platão, S. Agostinho não conseguia encontrar um polo fixo, um ponto sobre o que repousar. O Estado, mesmo o mais perfeito, não pode satisfazer os nossos desejos. O único repouso verdadeiro para o homem é o repouso em Deus (Cassirer, 2003, p. 104).

Para Agostinho, a vida comunitária ideal não é apenas uma questão de estruturas políticas ou leis, mas de uma transformação interior dos indivíduos motivados pela busca da felicidade. Ele acredita que uma verdadeira comunidade é formada por pessoas cujos corações são movidos pelo amor a Deus e ao próximo vivendo em plena sociedade, como afirma Moura (2003, p. 5):

Pelo contrário, o santo pastor vê nesta vida uma ocasião excelente de se viver antecipadamente a sabedoria que consiste em praticar o preceito cristão “Amar a Deus acima de tudo e ao próximo como a si mesmo”. Enquanto este mandamento divino não estiver no centro dos pensamentos e das resoluções dos homens, a felicidade temporal e eterna dos indivíduos e da sociedade tornar-se-á impossível. Nosso doutor volta a dizer que se o homem não ama a Deus será utópico o amor a si mesmo e aos seus semelhantes. Do amor ao Criador se desdobra o autêntico serviço a comunidade.

E essa transformação de amar a Deus e ao próximo é uma obra da graça divina que purifica os desejos desordenados e orienta os indivíduos para a virtude. A ética comunitária, portanto, é tanto um processo de conversão pessoal quanto de construção social. Mas essa conversão não é mágica, ela nos orienta e nos reconduz ao caminho de busca para a felicidade, como podemos afirmar:

Quem não tem um coração pródigo? Um dos presentes oferecidos por Agostinho é uma espiritualidade para os realistas. A conversão não é uma “solução”. A conversão não é um transporte mágico para casa, algum tipo de pó de Flu para o céu. Ela não tira você da estrada, só muda a forma como você viaja (Smith, 2020, p. 30).

Tendo essa afirmativa, temos consciência de que a felicidade do homem e da sociedade tem a mesma origem, que é o desejo de busca pela felicidade e sua comunhão profunda com o Sumo-Bem. Uma felicidade que não é meramente sentimental, um bem estar, mas um estado de espírito, pois engloba toda pessoa. “Nesta procura, acaba encontrando a Deus, pois somente Ele faz verdadeiramente feliz o ser humano” (Moura, 2003, p. 5). E todo ser que busca a felicidade, a busca em comunidade, baseando-se no amor ético. Para buscá-la, porém, necessita participar da vida de Deus, sem a qual é impossível encontrar a felicidade plena.

Agostinho lamentava-se em *Confissões* que a vida feliz não se identifica com qualquer prazer ou satisfação mundana, pois agindo assim, ao contrário, afastamos da felicidade eterna:

O estridor dos grilhões de minha mortalidade ensurdecia-me, eu ia mais longe de ti, e tu deixavas; eu me jogava e derramava e escorria e fervia nas minhas fornicções, e tu calavas. Ó minha tarda alegria! Calavas então, e eu ia ainda mais longe de ti, buscando muitos e muitos germes estéreis da dor, em soberba degradação e lassidão inquieta (Agostinho, 2017a, p. 43).

Por isto, a cidade de Deus, que é o modelo perfeito de sociedade e comunidade ética, é também exemplo para cidade terrena, que é corrompida pelo pecado que afasta os homens de Deus e, por consequência, afasta uns dos outros, gerando a antipatia. Como afirma Duarte (2017, p. 7): “A felicidade ou a infelicidade de um depende da felicidade ou da infelicidade do outro”. Sendo assim, sociedade é o conjunto de pessoas que vivem relacionadas em vista de algo comum, que é a felicidade, mas cuja meta só se pode atingir no amor ao próximo e a Deus.

Agostinho é um otimista. Acreditava que a perfeita felicidade só tem lugar na sociedade em constante harmonia com Deus, estando assim, em uma comunidade espiritual que resulta na boa convivência entre todos os seus membros:

Na doutrina agostiniana a felicidade já começa quando o homem se dispõe a buscar Deus seguindo as pegadas de Cristo. Viver bem é procurar exclusivamente a Deus, praticar o amor caritas que consiste em amá-Lo sobre todas as coisas e servir ao próximo com sinceridade. Em outras palavras, se poderia dizer que somente a vivência autêntica do cristianismo possibilita no aqui e agora um certo antegoço da felicidade definitiva na pátria celeste. O homem que peregrina sobre a Terra, segundo Agostinho, só saberá o que é a felicidade quando abrir sua mente e seu coração para a sabedoria eterna que é Cristo (Moura, 2003, p. 8).

Por conseguinte, o desejo de todos é viver em paz, pois somente assim podem ser felizes! Em paz e plenamente feliz. Tal felicidade não é desejada somente pelos bons, mas também pelos maus, ou seja, ela é ambicionada por todos os homens. E é em vista desse bem que se instauram os governos, as cidades, os Estados, para que possam, unidos como comunidade ética, alcançar a felicidade, tendo a primazia de Deus, como autor de todo o bem. Na bula *Spes non confundit* de promulgação do Jubileu da Esperança de 2025, o Papa Francisco indaga:

Mas, o que é a felicidade? Que felicidade esperamos e desejamos? Não uma alegria passageira, uma satisfação efêmera que, uma vez alcançada, volta sempre a pedir mais, numa espiral de avidez em que o espírito humano nunca se encontra saciado, antes sente-se cada vez mais vazio. Precisamos duma felicidade que se cumpra definitivamente naquilo que nos realiza, ou seja, no amor, para se poder dizer já agora: sou amado, logo existo; e existirei para sempre no Amor que não desilude e do qual nada e ninguém me poderá separar. Recordemos ainda as palavras do Apóstolo: «Estou convencido de que nem a morte nem a vida, nem os anjos nem os principados, nem o presente nem o futuro, nem as potestades, nem a altura nem o abismo, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, Senhor nosso» (Rm 8, 38-39) (Papa Francisco, 2024, p. 12).

As palavras do Papa Francisco sobre a busca por uma felicidade que transcenda o efêmero e se realize plenamente no amor ressoam profundamente com a ética de Santo Agostinho. Para ambos, o amor é o centro da existência humana e a chave para a realização definitiva. Enquanto o Papa fala da realização do ser no amor de Deus, Agostinho vê esse amor como a força que orienta a alma em direção à felicidade eterna, que só é alcançada quando a alma se une a Deus, mas também no exercício de uma boa política, na harmonia entre todos os que convivem no interior da cidade. Ambas as visões rejeitam as satisfações mundanas e colocam a

plenitude da vida no encontro com o divino, um amor que não desilude nem pode ser separado da existência humana. Disso aferimos a atualidade da reflexão agostiniana e da pesquisa que ora desenvolvemos.

Em suma, pode-se dizer que somente a conversão individual do coração, quando o homem se inclinará na consciência de uma vivência comunitária social em uma comunidade ética tendo o amor como suporte, permite atingir a felicidade como meta sempre insuperável e em processo de conquista. O pensamento de Agostinho é atual e fornece pistas úteis para a construção da fraternidade.

3 DE VIRTUTUM ET SAPIENTIAE LUMINE IN AGOSTINO

*A Verdadeira virtude é aquela que nasce do coração
e se manifesta em ações simples e sinceras.*

Cora Coralina

Neste capítulo, temos a iniciativa de investigar a definição e o papel das virtudes para Agostinho e como o mesmo explora este conceito. Desta forma, o mesmo afirma que a sabedoria divina ilumina a mente humana, permitindo uma compreensão mais profunda da verdade e da moralidade. E afirma que a verdadeira virtude é inseparável da sabedoria, pois ambas são necessárias para guiar o ser humano em direção ao bem supremo, que é Deus. Ele vê a sabedoria como uma luz divina que não apenas esclarece, mas também transforma a alma, capacitando-a a viver de acordo com os princípios éticos e espirituais mais elevados, assim, para Agostinho, a busca pela sabedoria e pela virtude é essencial para alcançar a plenitude espiritual e a união com o divino.

3.1 DEFINIÇÃO E PAPEL DAS VIRTUDES NA FILOSOFIA DE AGOSTINHO

Na filosofia de Agostinho, as virtudes ocupam um lugar central e desempenham um papel crucial na busca pela vida justa e feliz. Agostinho define virtude como “a ordem do amor” (*ordo amoris*): “Se estiverem fora da ordem, permanecem inquietos: ordenados, repousam. Meu peso é meu amor: ele me leva por onde quer que seja levado” (Agostinho, 2017a, p. 269) Uma disposição interior que orienta as ações humanas para o bem supremo, que é Deus. Para ele, as virtudes são expressões do amor ordenado e refletem a transformação interior que ocorre quando a alma se volta para Deus. Esse conceito de virtude é fundamental para compreender como Agostinho integra a ética e a espiritualidade em sua filosofia. Como afirmam Coutinho e Costa (2015, p. 40):

A reta ordem, em suma, é a transcrição filosófica do preceito teológico cristão segundo o qual se deve “amar a Deus sobre todas as coisas”. Somente a Deus, sempiterno e sumo Bem, deve o homem amar e, em função d’Ele, que é o próprio amor, servir-se dos bens transitórios. Agir em consonância com a ordem com que é disposta a criação é agir segundo a própria natureza

humana, é manter-se na inteireza com a qual fora criada e realizar aquilo para o qual se destina ou lhe compete. O homem, criado à semelhança de Deus, tem o livre arbítrio não para pecar, mas para que possa livremente escolher o bem.

Assim, a virtude não é o fim, mas um caminho que conduz o homem na razão sincera de um aperfeiçoamento da razão. Contudo, sendo um amor e uma busca pelo Sumo Bem, distinguem-se dos vícios, que são uma idolatria, isto é, um “amor desregrado de si mesmo, um hábito egoísta que leva o homem para sua própria perdição” (Silva, 2022a, p. 24).

Para ser feliz, além disso, é necessário ser livre. É preciso uma verdadeira escolha, de liberdade plena ou da escravidão de si mesmo nos vícios, de modo que ser livre e feliz é estar liberto das amarras das paixões, ou seja, dos próprios vícios. Já os antigos gregos afirmavam que era sábio (feliz) aquele que tudo realizava sem que nada o impossibilitasse de realizar, como afirma Sêneca (2007, p. 28): “Os vícios atacam-nos, e rodeiam-nos de todos os lados e não permitem que nos reergamos, nem que os olhos se voltem para discernis a verdade, mantendo-os submersos pregados às paixões”.

Como afirma Sêneca, os vícios impedem o homem de ser livre! E diversas vezes na história atribuíram a felicidade ao desejo de realizar paixões desenfreadas, “quando na verdade não passa de sensações passageiras, imbuído em suas paixões e assim o faz naufragar na busca pela felicidade” (Silva, 2022a, p. 25).

Em sua obra *Contra os Acadêmicos*, Agostinho inaugura em seus escritos o modelo do diálogo. Nele questiona com seus companheiros Licêncio e Trigécio como alcançar a felicidade, tratando-se, assim, de um assunto filosófico. Inicia-se entre eles uma discussão, em que Licêncio afirma: “Talvez viver feliz consiste em viver em busca da verdade” (Agostinho, 1988, p. 26). Porém, Trigécio acredita e caracteriza a vida feliz como estar na posse da verdade e não somente buscá-la. Ao que Licêncio acrescenta:

Quem duvida, disse eu, de que haja outra coisa melhor no homem do que aquela parte da alma à qual deve obedecer a todo o resto do homem? Para que não peças novas definição, acrescento que esta parte da alma pode ser chamada de mente ou razão. Se discordas, vê como podes tu mesmo definir a vida feliz ou o que é o melhor no homem (Agostinho, 1988, p. 26).

Com essa definição, de que o homem é feliz alicerçado em seu intelecto, ou seja, quando busca viver de forma racional, em sua consciência, realiza-se a

justiça plena. Por fim, a virtude é ligada à reta razão, alicerçada na verdade, na contemplação da alma com Deus. Pois quem caminha no vício nunca encontrará a verdade: “Quem caminha no erro nunca encontrará a verdade e não possuirá uma vida feliz. Ninguém discorda nisso, pois seria um absurdo o homem que vive no erro emaranhado de vícios e paixões contemplar a verdade” (Silva, 2022a, p. 26).

Para a vivência de uma vida virtuosa que realmente o conduza ao Bem Supremo e, conseqüentemente, à felicidade, o homem deve aderir a essa realidade; ou seja, ele deve escolher viver virtuosamente, tendo reta intenção, pois, o homem em sua essência concedida por Deus é verdadeiramente livre, uma liberdade dada para viver bem. Isso defende Silva (2022, p. 52), como lemos a seguir:

A liberdade que o homem possui é o elemento que ele utiliza para bem conduzir sua vida, que vai se construindo por meio das escolhas. A vida do homem, diferentemente da vida dos animais irracionais, é um emaranhado de vivências realizadas ao longo de sua história. A faculdade da escolha foi concedida apenas ao ser humano e por meio dela ele se perfaz como bom ou mau. O ser do homem é essencialmente bom, pois foi outorgado por Deus – que é bom.

Entretando, tal vivência ocorre verdadeiramente através de um caminho que se perfaz em busca daquilo que é verdadeiro e imutável, um caminho “‘Do exterior para o interior e do interior para o superior’. Quer dizer, passar das coisas externas e corpóreas às superiores e incorpóreas” (Fraile; Urdanoz, 1986, p. 206 – tradução nossa). Portanto, a definição das virtudes em Agostinho pode ser traduzida no estabelecimento de um caminho que nos conduz à felicidade plena. E esse caminho está alicerçado em nossa razão, em nossa consciência.

Em sua obra *Sobre a Vida Feliz*, Agostinho afirma que o homem necessita de alimento corporal, mas também “Não creio haver outro alimento para alma do que a inteligência das coisas e também a ciência” (Agostinho, 2014, p. 15) para assim viver na verdade e, de modo conseqüente, na felicidade. Relata, além disso, a fala de Mônica, sua mãe, que afirmou “não [...] haver outro alimento para alma do que a inteligência das coisas e também a ciência” (Agostinho, 2014, p. 13). Esse alimento se dá pelas virtudes, que Agostinho vai dizer que, em geral, as pessoas não alimentam, preferindo viver nos vícios:

Creia-me, disse eu, que essas coisas para o espírito não passam de certa esterilidade e fome. Pois, do mesmo modo que o corpo, uma vez tendo-lhe sido suprido o alimento, via de regra acaba cheio de doenças e pruridos, que indicam nele uma fome aguda, do mesmo modo os espíritos daqueles estão repletos de doenças, devidas à sua falta de alimento. Assim, os antigos entenderam que essa devassidão deveria ser chamada de mãe de todos os vícios, pelo fato de ser vã, isto é, por ser a partir daquilo que nada é. A virtude contrária a esse vício se chamada de frugalidade. Essa palavra vem, pois de *frux* (*frugis*), quer dizer, fruto, em virtude de certa fecundidade dos espíritos; assim como aquela provém da esterilidade, isto é, do nada (*nihil*) e por isso é chamada de devassidão (*nequitia*) (Agostinho, 2014, p. 13).

A virtude é o alimento que permanece e torna-se sólido e firme. Porém, podemos novamente fazer a pergunta: todos os homens querem ser felizes? Obviamente, todos buscam a felicidade, diz Agostinho, em tom de inquirimento: “parece-vos, que é feliz aquele que não tem o que quer? Negaram. Mas então, é feliz aquele que tem aquilo que quer? Então, minha mãe disse: Se a pessoa quer coisas boas e as tem, então é feliz; mas se quer coisas más, muito embora as possua, é miserável” (Agostinho, 2014, p. 15).

Mônica acertou com classe e objetividade nessa afirmação, e nisto consiste a felicidade. Mas existe algo que atrapalha e torna-se obstáculo para essa vida feliz, que é o pecado: “A vontade má é a responsável pelo mal moral. O homem só peca porque pode escolher entre o bem e o mal, e apenas é feliz por meio dessa possibilidade de escolha” (Silva, 2022b, p. 58). Assim, o mal se origina na escolha de fazer o mal. Isto é, o homem que escolhe o mal não é naturalmente mal, o bem que o habita só está velado pela sua escolha desordenada: “O mal não é somente uma privação, é uma privação que reside num bem como em seu sujeito” (Gilson, 2006, p. 274).

O homem, unido ao Criador e à sua originalidade, concedida pelo Sumo Bem, buscando uma vida inclinada à verdade, deve desejar uma vida virtuosa, alicerçada no Criador. Ao que Agostinho afirma:

Atingiste, ó mãe, decididamente o ápice da filosofia, pois, sem sombra de dúvidas, só te faltaram as palavras de Cícero para poderes te expressar como ele, que falou a esse respeito. No *Hortênsio*, livro que ele descreveu sobre o louvor e a defesa da filosofia, disse o seguinte: “Eis que há pessoas que, mesmo não sendo filósofos, estão sempre prontos a disputar e debater, e todos eles afirmam serem felizes os que vivem de acordo com aquilo que querem. Isso, porém é falso, pois querer aquilo que não convém representa a suma miséria. É menos miserável aquele que não consegue alcançar o que não convém. Assim, a malícia da vontade gera mais males do que bem gerados pela fortuna” (Cícero *apud* Agostinho, 2014, p.16).

Portanto, tem a vida feliz e, conseqüentemente, compreende que a verdadeira definição da vida virtuosa é fazer aquilo que quer, de modo que sempre o querer pessoal estará unido ao querer divino. E o papel dessa virtude é nos guiar para a felicidade: “possui a Deus quem vive bem [...] possui a Deus [...] quem faz aquilo que Deus quer que seja feito” (Agostinho, 2014, p. 17-18).

Dito isso, o possuir Deus deve ser um desejo do homem. E esse desejo é verdadeiro quando o homem se encontra livre de seus vícios e, por isso, livre do pecado que o impede de acessar o Criador, como afirma Prósperi (2017, p. 6):

O erro e o pecado, como vimos, surgem quando permanecemos no plano sensível, quer dizer, quando nos atentamos apenas ao regime da visibilidade aberto pela luz corpórea. Se a alma não contempla e julga o mundo sensível a partir das essências eternas reveladas ela luz incorpórea corre o risco de decair até as coisas inferiores. Esse risco, contudo, não se encontra no mundo corpóreo em si mesmo, mas na distração que pode gerar na alma (tradução nossa).

Por conseguinte, quando o homem compreende que sua vontade e liberdade foi concedida por Deus para que ele possa realizar somente o Bem, ele avança na compreensão do papel das virtudes, que é o de conduzir o homem à verdadeira felicidade. Como afirma Agostinho (1985, p. 58):

Não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção. Há, pois, uma razão suficiente para ter sido dada, já que sem ela o homem não poderia viver retamente. Ora, que ela tenha sido concedida para esse fim pode-se compreender logo, pela única consideração que se alguém se servir dela para pecar, recairão sobre ele os castigos da parte de Deus. Ora, seria isso uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se viver retamente, mas igualmente para se pecar. Na verdade, como poderia ser castigado, com justiça, aquele que se servisse de sua vontade para o fim mesmo para o qual ela lhe fora dada?

Em síntese, a definição de virtude em Agostinho é alicerçada na vontade ordenada que nos conduz para uma vida guiada por Deus e em caminho a Deus, com expressões de amor a Deus e ao próximo. E o papel das virtudes é ter como finalidade nossa união plena com o Criador. Assim, o livre-arbítrio é uma possibilidade de amar a Deus com nossa livre vontade. Sendo o homem um ser de perspectivas, Deus lhe concede a oportunidade de ser bom e fazer o bem através de escolhas e atitudes e de sua liberdade (Silva, 2022b, p. 58). A esse respeito, Mendonça e Barbosa (2014, p. 75) afirmam:

As diversas situações em que de cada vez se encontra a existir, longe de lhe serem dadas como meros preenchimentos exógenos, são possibilidades de execução de si. A partir deste deserto, onde se encontra desterrado, cada homem pode fazer-se mais do que aquilo que é. No entanto (e este aspecto é decisivo), também pode fazer-se menos [...].

Diante da força da decisão do homem, somente ele pode escolher viver virtuosamente, concretado em Deus, e abraçar esse caminho que é a virtude num movimento para a felicidade. Ou, ao contrário, recusá-lo. A vontade, portanto, será a sua glória ou o seu fracasso. O homem que ordena sua vontade na virtude sabe controlar seus desejos e conduzir sua vida no estado permanente de Deus e, assim, ser um dos homens felizes como Agostinho afirma: “pois nem todos querem viver com retidão, e só com essa boa vontade que têm o direito à vida feliz” (Agostinho, 1985, p. 48).

3.2 A VIRTUDE DA CARIDADE E SUA CENTRALIDADE NA BUSCA PELA FELICIDADE

A virtude da caridade, ou amor, é central na filosofia de Santo Agostinho e desempenha um papel crucial na busca pela verdadeira felicidade. Agostinho vê o amor como a virtude suprema, que une todas as outras e orienta as ações humanas para o bem supremo, que é Deus. Ele define a caridade como o amor a Deus acima de todas as coisas e ao próximo como a si mesmo (Agostinho, 1995). Essa definição sublinha a dupla dimensão do amor: dedicação a Deus e ao próximo, ambos fundamentais para a vida moral e espiritual.

Porém, para falar sobre a centralidade da caridade em Agostinho, devemos ter em mente de onde brota essa caridade verdadeira, que é da intimidade do homem, ou seja, do seu coração “Deus mesmo ordena que se façam esforços, seja de modo exterior por intermédio da lei, seja por convites pessoais, no íntimo do coração” (Agostinho, 1995, p. 108).

De nossas partes, para podermos compreender a finalidade de Agostinho ao citar o coração como fonte do homem interior, devemos perpassar algo sobre o sentido de coração na Escritura Sagrada, que uma de suas principais fontes de inspiração. Na Escritura, o coração é descrito não somente em sua uma função fisiológica, mas também como lugar dos sentimentos:

Na Bíblia, a palavra «coração» (Hebraica: «lēb» ou «lēbāb», LXX: «καρδιά»; Vulgata: «cor») é empregue cerca de dez vezes para designar o órgão anatómico corporal, embora seja usada mais de mil vezes em sentido metafórico, como lugar de diversas funções psicológicas. O coração experimenta sentimentos de alegria, de tristeza, de desassossego, de medo, de segurança, de vontade de agir, tal como na língua portuguesa. Contudo, na maior parte dos casos, o coração é a sede dos pensamentos e das vontades, da vida moral e religiosa (Cardoso, 2017, p. 5).

O coração é o topo da consciência espiritual da pessoa humana, de modo que somente o Altíssimo tem acesso a ele. E é justamente no íntimo do coração que Ele se revela ao homem: é o lugar do encontro do homem com a graça. Diz o filósofo: “Tu, porém, eras mais interior do que meu íntimo, e mais alto do que meu cume” (Agostinho, 2017a, p. 57). Em Agostinho, dessa maneira, o sentido do coração identifica-se como o ser espiritual do homem, onde se encontra a sua interioridade: “meu coração, onde eu sou o que sou” (Agostinho, 2017a, p. 182).

À vista disso, tendo a compreensão de que o homem é aquilo que é quando encontra sua interioridade, Agostinho fora influenciado não somente pelos neoplatônicos, mas também pelas leituras das cartas de São Paulo, a partir das quais ele compreende que:

[...] o coração corresponde ao sentido bíblico e é a morada da interioridade. Do mesmo modo que o homem exterior pode alcançar através dos sentidos do corpo as realidades corporais, o homem interior pode alcançar através dos sentidos do coração, ou sentidos espirituais, as realidades espirituais e o próprio Deus que é o seu cume e fonte (Cardoso, 2017, p. 9).

E com as leituras bíblicas Agostinho aos poucos se distanciou da compreensão dos filósofos acerca do coração, pois é no íntimo do Ser do homem, que é o coração, que se poderá encontrar a presença divina. Ou seja, é da interioridade do homem que brotam todas as suas boas ações: “Em seguida, chamando para junto de si a multidão, disse-lhes: ‘Ouvi e entendei! Não é o que entra pela boca que torna o homem impuro, mas o que sai da boca, isto sim o torna impuro’” (Mateus 15,11-12).

Por conseguinte, podemos dizer que o coração também é fonte de discernimento entre o bem e o mal. É do coração do homem que o amor florescerá em virtude, segundo a ação iluminadora do Verdade:

Assim, enquanto a interioridade em Agostinho é o lugar do encontro com a Verdade e, por isso mesmo, de encontro com Deus, a fonte mesma desse encontro, isto é, a sede do conhecimento, é o transcendente. É nesse sentido que observamos que tudo que precisamos 27 está na interioridade do

homem, ou seja, no seu espírito, lugar onde reside a memória, a razão, a dileção e a vontade, porque Deus está presente ali e pode ser consultado sempre que quisermos. Assim, Deus é a própria luz interior que ilumina a razão, capacitando-a a enxergar as verdades inteligíveis dentro e fora de si. (Silva, 2023, p. 26).

Tendo consciência de que o coração é o lugar de encontro com Deus, e também ocasião de fomento para toda boa ação, podemos dizer que é no coração do homem que se compreendem a humildade de abrir-se à vontade do Sumo Bem e o processo de abrir-se ele mesmo, que se torna “um percurso do coração da humildade à caridade” (Cardoso, 2017, p. 19).

A caridade não é meramente uma boa ação, mas uma virtude que brota do coração indiviso. Isso porque o amor é uma força que coloca em ordem os outros afetos. E, como afirmamos acima, sendo o coração fonte de discernimento, será ele que estabelecerá a orientação da potência da alma. Estabelecendo esta ordem do amor, o homem poderá afirmar com Agostinho: “Tu o incitas, para que goste de te louvar, porque o fizeste rumo a ti e nosso coração é inquieto, até repousar em ti” (Agostinho, 2017a, p. 24).

Compreendendo essa ordem do amor, o homem estará colocando em hierarquia sua própria condição humana, fazendo de Deus o principal e mais importante nessa ordem do amor. Ao ponto de que a felicidade plena também consiste na busca genuína por amar a Deus sobre todas as coisas:

Cada corpo tende a seu próprio lugar pelo seu peso. O peso é o que puxa não apenas para baixo, mas para todo lugar próprio. O fogo tende a subir; a pedra, a descer. São acionados pelos seus pesos, buscam seus lugares próprios. O óleo misturado com a água se eleva acima da água, a água entornada sobre o óleo afunda abaixo do óleo: são acionados pelos seus pesos, buscam seus lugares próprios. Se estiverem fora da ordem, permanecem inquietos: ordenados, repousam. Meu peso é meu amor: ele me leva por onde quer que seja levado. Acesos pelo teu dom, somos levados para cima; ardemos e vamos. Subimos as subidas no coração e cantamos o cântico dos degraus. De teu fogo, de teu bom fogo ardemos e vamos, pois vamos para cima, para a paz de Jerusalém, pois alegrei-me quando me disseram: “Vamos à casa do senhor” (Agostinho, 2017a, p. 269).

De acordo com a perspectiva de Agostinho, percebemos que o homem anseia por um repouso que lhe dê segurança e estabilidade, e essa estabilidade será possível e realizável quando o homem redirecionar esse desejo para o alto. Pois nem todos os desejos conduzem para a felicidade. Somente reconhecendo essa satisfação

verdadeira que provém do Ser Transcendente e não das coisas vulgares é que o homem encontrará felicidade plena. Como afirma Silva (2022, p. 49):

Aspirar à felicidade se torna intrínseco ao homem desde a união da alma ao corpo. A felicidade é o prêmio da vida bem conduzida e encontrar esse bem viver é dádiva dada à alma. O homem pode administrar suas vivências do jeito que quiser, ato feito pela livre escolha, mas nem todos os atos levam à felicidade, porque nem tudo é eterno e certo, como por exemplo as coisas vulgares, os prazeres da carne etc.

Somente com desde essa concepção e reorientação do coração que o homem superará as posses transitórias. Isto é, “alinhando o amor e o desejo com Deus, o ser humano alcança uma plenitude para além do material” (Delgado, 2024, p. 5). À vista disso, podemos perceber que Agostinho coloca “ordem”, pela via do argumento, em direção ao que deve ser amado. Noutras palavras, estabelece uma hierarquia do amor, focando no que pode trazer a verdadeira felicidade. Ainda assim, porém, somente com a intervenção divina tal meta pode ser atingida:

A alma, agora feliz, é aquela que apreende a verdade das coisas criadas, conferindo significado e desenvolvendo-se na caridade, isto é, no pleno exercício do amor. Para Santo Agostinho, aqueles que carecem dessa orientação interna, resultante da união da mente e do coração, enfrentam dificuldades para tomar decisões conscientes e frequentemente são dominados por impulsos desordenados. Apenas quando Deus, através da fé buscada, possibilita tal reconhecimento, é que é possível perceber a própria surdez e cegueira (Delgado, 2024, p. 6).

Consequentemente, a caridade cumpre toda a lei dos Profetas, e se eleva como maior expressão de amor a Deus a os irmãos. Mas para que isso ocorra, é preciso um coração ordenado, que se exterioriza por meio da caridade que é impulsionada pela consciência. E assim, promoverá o bem. Com isto, qualquer outra forma de amor que não a siga a hierarquia do próprio amor, é falsa. Desviar da ordem é cair no que é errôneo (Silva; Figueiredo, 2021, p. 20).

O amor que se desvia da ordem é o amor desordenado, que não é caridade, e que, consequentemente, não levará a si mesmo e o próximo à felicidade plena. A maior expressão e exemplo de desordem do amor se dá em relação ao outro. Quando se usa o outro como recurso para realização dos próprios desejos e interesses, o próximo deixa de ser destinatário do amor e passa a ser um instrumento de mero deleite, isto é, um objeto. E isto é egoísmo, que rompe completamente com a caridade perfeita, torna-se um abuso, como Agostinho afirma: “Fruir é aderir a alguma coisa por

amor a ela própria. E usar é orientar o objeto de que se faz uso para obter o objeto ao qual se ama, caso tal objeto mereça ser amado. Ao uso ilícito cabe, com maior prioridade, o nome de excesso ou abuso” (Agostinho, 2002, p. 34).

Entretanto, é necessário ter a compreensão de que mesmo o homem buscando amar o próximo, ele pode correr o risco de amar inadequadamente, pois a ordem fundamental do amor tem como objetivo alcançar a caridade em Deus. Em *A Trindade* diz Agostinho (1995, p. 181):

Ora, esse verbo é concebido por amor. Pelo amor das criaturas, ou do Criador, ou seja, da natureza mutável ou da verdade imutável. Portanto, é concebido ou pela concupiscência ou pela caridade. Não se quer dizer, por aí, que a criatura não deva ser amada. Apenas que se esse amor for dirigido ao Criador não será concupiscência, mas caridade. Haverá concupiscência ao se amar a criatura pela criatura. Nesse caso não se aproveitará em nada ao que dela fizer uso, pois a criatura antes corrompe a quem dela goza.

A ordem do amor em função da caridade plena é um equilíbrio, pois não existe amor a Deus se não se ama o próximo, e isto expressa uma força pelo bem ao encontro do próximo pois, a “verdadeira manifestação do amor ao próximo não apenas evidencia o amor dedicado a Deus, mas também reflete o amor por si mesmo, pois a forma como se ama o próximo revela a profundidade do amor que se tem” (Delgado; Carvalho, 2024, p. 8). O Papa Bento XVI, em sua encíclica *Caritas In Veritate*, afirma:

A caridade na verdade, que Jesus Cristo testemunhou com a sua vida terrena e sobretudo com a sua morte e ressurreição, é a força propulsora principal para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade inteira. O amor – «caritas» – é uma força extraordinária, que impele as pessoas a comprometerem-se, com coragem e generosidade, no campo da justiça e da paz. É uma força que tem a sua origem em Deus, Amor eterno e Verdade absoluta. Cada um encontra o bem próprio, aderindo ao projeto que Deus tem para ele a fim de o realizar plenamente: com efeito, é em tal projeto que encontra a verdade sobre si mesmo e, aderindo a ela, torna-se livre (cf. Jo 8, 22). Por isso, defender a verdade, propô-la com humildade e convicção e testemunhá-la na vida são formas exigentes e imprescindíveis de caridade (Bento XVI, 2009, p. 1).

Dessa forma, o alinhamento do amor segundo Deus, que é seu fundador, restaura e impregna no homem a harmonia interior, mas de forma concreta e livre, proporcionando uma consciência plena da realidade e da felicidade.

Podemos perceber que a centralidade da caridade para Agostinho na busca da felicidade está fixada na busca pelo amor a Deus que se espelha no amor ao próximo, concretizado na verdade. E a caridade é a virtude superior às outras, como

afirma Paulo, apóstolo, na I Carta aos Coríntios: “Agora, portanto, permanecem fé, esperança, caridade, estas três coisas. A maior delas, porém, é a caridade” (citar). Consequentemente, todas as boas ações e justiças surgem da caridade, que é o amor supremo e ordenado a Deus e ao próximo.

Por fim, o amor é visto por Agostinho como a virtude que nos une à comunidade dos santos. Ele argumenta que a prática do amor nos une não apenas a Deus, mas também a todos os que amam a Deus:

Logo, é amando a realidade concreta do próximo que se torna acessível a realidade invisível de Deus. E, para Agostinho, “... todas as pessoas com as quais um homem se encontra, todas as pessoas com as quais um homem pode se unir são seus próximos”, o que nos leva a concluir que a caridade fraterna se estende a todos, sem distinções. Não há ressalvas para a prática da caridade, não importa a nacionalidade ou a religião. Se o amor deve-se estender “a quem o homem encontra”, então, ele é universal. O amor fraterno deve atingir a quem as circunstâncias da vida nos colocar frente a frente. Agostinho pensa, portanto, uma ética do amor universal (Jales; Lima, 2018, p. 4).

Tal união é uma antecipação da comunhão eterna no Céu, onde todos os santos vivem em perfeito amor e felicidade com Deus. O amor, portanto, não é apenas um caminho para a felicidade pessoal, mas também para a realização plena na comunidade divina.

3.3 A RELAÇÃO ENTRE VIRTUDE E FELICIDADE: O CAMINHO PARA *BEATA VITA*

Como bem vimos no decorrer deste trabalho, o coração de Agostinho era inquieto em busca da verdade e tendo como finalidade a felicidade eterna. Entretanto, devemos ter em consciência e nos perguntar: qual a verdadeira relação entre virtude e felicidade, como guia, ou seja, caminho para a vida feliz? O caminho para se descobrir isso, se inicia na sua conversão. A conversão não é um ato isolado em si mesmo, mas um ato de contínua busca pela verdade em sua interioridade. Significa que “jamais consistiu num ato instantâneo; foi um movimento contínuo que começa com a leitura do *Hortensius*, prolongou-se através da descoberta do sentido espiritual da Escritura e alcançou o ato de fé na Igreja do Cristo” (Gilson, 2006, p. 442).

Logo, foi por meio desse ato de conversão contínua que Agostinho fez seu processo de interiorização, procurando, assim, a verdade que é imutável. Em vista

disso, pode-se dizer que é a interioridade que produz em Agostinho o reconhecimento da participação da divindade:

Amando amar, queria algo para amar e odiava a tranquilidade e o caminho sem armadilhas, porque dentro de mim havia fome por falta de comida interior, por falta de ti, meu Deus; mas não estava faminto dessa fome, não tinha desejo por alimentos incorruptíveis, não porque estivesse cheio deles, mas porque, quanto mais debilitado, mais me enjoava. E, assim, minha alma não passava bem, e se lançava para fora coberta de úlceras, ávida de se esfolar no contato com coisas sensíveis. Mas se elas não tivessem alma de maneira alguma as amaria. Amar e ser amado me eram mais doces se pudesse gozar do corpo do ser amado. Assim, poluía a fonte do afeto pelas sujeiras da concupiscência e obscurecia sua limpidez pelo inferno da libido; e, no entanto, com transbordante vaidade, embora feio e desonesto, me dava ares elegantes e urbanos. Precipitei-me no amor, pelo qual queria ser capturado (Agostinho, 2017a, p. 52).

Tendo consciência de que a interioridade é um caminho de busca pela verdade, temos ciência de que a relação entre felicidade e virtude está entrelaçada nesta mesma concepção, pois é na interioridade que Agostinho encontrará a verdade. Matheus Jeske Vahl (2016, p. 141) disserta que “para Agostinho a vida humana se realiza em um processo de permanente formação através das relações do homem com os seres, cujo fundamento unificador é a relação com o Ser”.

Dessa forma, todas as coisas, até mesmo a verdade, possuem em si um ato unificador, algo que as une em si mesmas. Ainda assim, para Agostinho, tudo que é terreno, externo ou material é variável à mudança. Mas todas as coisas têm em seu interior um princípio de unidade que provém do Uno:

Com efeito, como tu és absolutamente, só tu sabes que és imutavelmente, sabes imutavelmente e queres imutavelmente; e tua essência imutavelmente sabe e quer; e tua ciência é e quer imutavelmente; e tua vontade é e sabe imutavelmente; e não parece justo diante de ti que, como a luz imutável se conhece, assim a conheça o ser mutável iluminado por ela. Por isso minha alma é para ti uma terra sem água, porque, se não pode iluminar a si mesma, também não pode saciar a si mesma. Com efeito, em ti está a fonte da vida, assim como na tua luz veremos a luz (Agostinho, 2017a, p. 273).

Se todas as coisas têm em si o mesmo fundamento que é Deus, então elas, em si mesmas, possuem uma relação de ligação. E essa ligação é verdadeiramente o Cristo Encarnado, ou seja, Deus que se torna gente e adota a condição humana como sua condição, como afirma René Fülöp-Miller (1976, p. 99):

[...] o que o neoplatonismo apresentava simplesmente como uma doutrina sublime assumia no Cristianismo a forma duma realidade viva e ativa. O

“logos”, a “eterna palavra”, tinha-se em Cristo tornado carne. Aquele que pudesse acreditar n’Ele, que pudesse acompanhá-Lo e ver n’Ele a corporificação tangível duma essência puramente espiritual, tinha alcançado um ponto em que a obtenção do puro espírito e de Deus era possível.

Em virtude dessa compreensão, a idéia de todas as coisas terem em si um único fundamento, Agostinho retornou para si e encontrou o Criador que concedeu uma centelha de si mesmo a todas as criaturas (Silva, 2023, p. 16). E nisso se expressa a unidade do Ser, “não como Uno vazio e inerte, mas como plena, viva, guardando dentro de si a multiplicidade e manifestando-se por ela” (Vahl, 2016, p. 73). Daí que, quem busca a Deus, que é uno e simples, busca a felicidade:

Mas então, de que maneira te procuro, Senhor? De fato, quando te procuro, meu Deus, procuro a vida feliz. Procurar-te-ei, para que viva minha alma. Pois meu corpo vive por minha alma e minha alma vive por ti. De que maneira, então, procuro a vida feliz? Não a possuo, até dizer: “Basta, está lá” (Agostinho, 2017a, p. 195).

Percebemos que o caminho de interioridade e de procura está inteiramente ligado ao caminho da felicidade e da vida reta que é a virtude. Porém, o caminho da felicidade é um caminho que é condicionado a escolhas, entre fazer o bem e fazer o mal, e todo homem é condicionado a escolhas. É assim que o homem se torna autor de sua própria história:

O prêmio de uma vida reta é a felicidade plena e eterna. A vida, seja feliz, seja miserável, é feita de escolhas. O diferencial de cada um nesse caminho são justamente as escolhas que cada homem faz para si mesmo, que, conseqüentemente, refletem-se na comunidade. Quando dizemos sobre escolhas, estamos falando de possibilidades. Para todo homem existe uma história, que se constrói com o passar do tempo. O homem é autor de sua própria história. E Deus está sempre a auxiliá-lo, nessa terra, rumo à eternidade certa e feliz (Silva, 2022b, p. 96).

Compreendemos, pois, que a felicidade plena e eterna é consequência de uma vida reta, ou seja, de uma vida guiada pela virtude, pois a virtude é definida como:

A arte de viver bem e retamente, a areté, é virtude. Sendo uma arte, há quem faça bem e quem não faça. Mesmo o engenhoso, o inteligente, que pode aproximar-se mais facilmente da felicidade, deve buscar essa felicidade, objetivo último da virtude. Toda virtude existe e é concedida pela busca da felicidade. Felicidade é viver bem e retamente, a virtude é a arte pela qual se encontra essa vida. Mesmo quem não tem capacidade de engenhosidade e inteligência deve buscar essa vida para que os familiares em seu entorno possam, sendo pais ou filhos, porventura conseguir tal felicidade. Também a concepção de que é algo que deve ser buscado e não algo inato ao ser

humano, a virtude deve ser entendida, sempre, como uma busca (Klautau, 2007, p. 14).

Dessa forma, a relação entre felicidade e virtude como caminho para a vida feliz é também instruída pela vontade, ou seja, é condicionada à escolha. A virtude, porém, “não é meta em si mesma, é caminho para a verdadeira felicidade humana que é a visão de Deus. Caminho virtuoso que a razão sozinha não consegue percorrer, mas que iluminada pela Sabedoria divina, assume o compromisso de sustentar o cristão nesta vivência” (Detoni, 2009, p. 2). E tal é assim porque “Jesus Cristo é o Ordenador do mundo, ou seja: aquele que domina os caminhos da vida da boa e reta vida, enfim, da felicidade. E assim expressa os fundamentos da Força e da Sabedoria divina” (Klautau, 2007, p. 15).

Compreendo a relação entre virtude e felicidade, assumimos que ambas conduzem para uma única finalidade: a união intrínseca com Deus. A virtude, portanto, não tem função em si e para si mesma, mas apenas enquanto conduz para uma felicidade plena. A vontade, então, deve ser ordenada pela ordem do amor, amando o que deve ser amado, ou seja, buscando e amando o Criador, e assim, buscando possuí-lo. Isso está presente na seguinte consideração:

Agostinho retoma a questão de quem possui a Deus. Alguns estimam que, possui a “Deus quem faz o que Deus quer”; outros afirmam que, possui a Deus quem vive bem; outros, por fim, afirmam que, “possui a Deus quem não tem em si o espírito imundo”. Todavia, considerando as duas primeiras opiniões, conclui-se que, “quem vive bem faz a vontade de Deus; e quem faz o que Deus quer, vive bem”. E, quanto à terceira opinião, estar isento de espírito imundo significa viver castamente, que não é somente a abstenção de relações carnis ilícitas, mas ter os olhos voltados para Deus e não se prender a nada além dele só (Silva, 2012, p. 7).

Possuir a Deus e viver bem podem ser sintetizados numa vida virtuosa, que tem como consequência uma vida feliz. Pois conserva em si o querer de Deus, que tem como consequência a “pureza verdadeira [que] consiste em seguir a Deus em todas as coisas e em apegar-se somente a ele” (Gilson, 2006, p. 20).

A prática das virtudes em relação a felicidade é, dessa maneira, verdadeiramente um processo adquirido através do ordenamento e da educação, do esforço pessoal e, especialmente, da graça divina através de “Cristo – que é o cordeiro de Deus que deu sua vida para livrar o homem do pecado – [e] pode restabelecer a ligação com Deus e fazer de sua vida no tempo uma preparação para a vida eterna”

(Carneiro, 2004, p. 2). Uma ligação que é necessária para fortalecer a vontade humana, para que use sua liberdade para o bem.

Por fim, a elaboração de Agostinho sobre as virtudes se expressa como um fundamento de ligação com Deus, como afirma Klautau (2007, p. 7):

A virtude é o caminho da felicidade, e essa felicidade é a união com Deus, é sua fruição, entendido como a alegria, o gozo de estar junto com Deus. É esse o caminho que o cristão, ao seguir Jesus Cristo, deve abraçar. As virtudes são dons de Deus assim como a própria união com Deus. O caminho virtuoso fundamental é o seguimento de Jesus Cristo em seus ensinamentos e práticas. É a vida de Jesus Cristo que demonstra a verdadeira felicidade, que é a alegria da ressurreição, a glória, como verdade do amor de Deus e da possibilidade humana de estar unido a esse Deus.

Tal união é uma antecipação da comunhão eterna no céu, onde todos os santos vivem em perfeita virtude e felicidade com Deus. A prática das virtudes, portanto, é a posse de Deus, como podemos afirmar, com Reis (2006, p. 35): “Em outros termos, o virtuoso está de posse de Deus, que é a suprema medida, ou seja, Deus é a medida para a alma, fazendo com que, quem tenha esta medida, não deseje nada que possa ser perdido, tornando, pois, aquele possui a Deus, feliz”.

Desta forma, Agostinho destaca a importância da virtude e sabedoria como pilares fundamentais para a vida cristã. Com isto, a verdadeira sabedoria é um do divino que ilumina a mente humana, permitindo uma compreensão mais profunda da verdade e da moralidade. E a virtude não é apenas uma prática ética, mas uma expressão do amor divino que guia o comportamento humano em direção ao bem supremo. Assim, a busca pela sabedoria e pela virtude é, para Agostinho, um caminho essencial para alcançar a plenitude espiritual e a união com Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na capa do livro *Confissões* de Agostinho com a tradução de Lorenzo Mammi nos deparamos com uma imagem em que se pode resumir toda a iniciativa filosófica de Agostinho: encontramos o autor sentado com as mãos voltadas ao rosto. Com essa imagem podemos resumir toda a filosofia de Agostinho, que se inicia com a interioridade que é voltada para si, em busca de algo concreto e que seja baseado na verdade. Dessa forma, a imagem que simboliza a iniciativa primitiva deste trabalho é a interioridade, que busca a verdade como alicerce para a felicidade verdadeira. Com isto, posso dizer como Adélia Prado no poema *A Criatura*: “Não tenho tempo pra mais nada, ser feliz me consome muito”.

Pois foi também dessa forma que iniciei e conclui este trabalho, com anseio de compreender e apreender o trajeto que Agostinho percorreu e, no decorrer de sua própria história, pude complementar a minha história de vida, ressignificando através da verbalização de Agostinho diante do sagrado e especialmente daquilo que é verdadeiramente incompreensível e inacessível e posso afirmar que isto transformou a minha forma de pensar, comunicar e, especialmente, transmitir algo que é tocante em nossa interioridade.

Nesta mesma imagem de Lorenzo Mammi, o despertar por uma vivência verdadeiramente única e brilhante dá-nos perceber como Agostinho inaugura uma filosofia do “eu”, ou seja, como ele através de sua “confissão” e detalhamento de busca pela verdade, inaugura uma filosofia, onde o mesmo se expõe para a reflexão e a autorreflexão. É desta forma que busquei através deste trabalho expor Agostinho. Não o caracterizar como um bispo ou somente como um homem cristão do medievo, mas sim, como um filósofo que buscou uma forma singular e autêntica, uma verdade que fosse não somente concreta, mas especialmente lógica.

Desta maneira, este foi meu itinerário pessoal: compreender, abraçar, consumir e traduzir para minha vida o que diz Agostinho sobre sua própria condição como homem, diante da grande problemática que é a vida e, sobretudo, a realidade da felicidade, haja vista que todos os homens são verdadeiramente inclinados a este desejo, que brota do coração.

A recapitulação deste trabalho buscou apreender um sentido lógico e sistemático que buscasse esclarecer o próprio caminho de Agostinho em busca da

vida feliz, que é, conseqüentemente, a busca da verdade. Devemos sempre recordar que Agostinho não buscou a verdade no cristianismo, mas buscava a verdade. Tanto que se tornou maniqueísta, e o motivo pelo qual não permaneceu nesse movimento não foi por questões religiosas, mas sim por questões lógicas, e como consequência encontrou a verdade presente no cristianismo.

Com isto uma das principais partes deste trabalho é sua estrutura, que foi erigida como coluna que mantém toda a discussão filosófica firme e ereta, pois busca levar o leitor à compreensão do próprio caminho de Agostinho. E esse é o motivo de ter perpassado por este caminho, para descobrir a necessidade real e como Agostinho abraçou a verdade como caminho para uma vida feliz.

Perpassando assim, pelo caminho da ética agostiniana, que busca apreender a noção de comunidade calcada no amor, ou seja, calcada na virtude da caridade, a pesquisa procurou avançar. Para falar da felicidade é extremamente necessário falar de que forma podemos alcançá-la através de uma vida verdadeira e como consequência, de uma vida virtuosa alicerçada no amor. Com isto queremos concluir:

- 1) Do primeiro capítulo, que nos interpela a responder o que é a verdade e sua colaboração em busca de uma felicidade que seja não somente humana, mas que seja eterna, podemos concluir que a Verdade para Agostinho está inteiramente ligada à realidade de Deus, pois não é algo abstrato, mas inteiramente ligado a uma realidade espiritual, e a verdade não é somente uma ideia, mas a verdade é uma pessoa: o Verbo Encarnado. Portanto, a Verdade é o próprio Deus que nos conduz e interpela para uma realidade de vida plena.
- 2) No segundo capítulo discutimos sobre a ética de Santo Agostinho, entrelaçando e observando como é a relação entre ética e felicidade. E como o amor é base, o alicerce de um princípio ético em sociedade. Com isto, podemos concluir que a ética agostiniana é teleológica, pois caminha para uma finalidade: a união plena com Deus, essa harmonia com o Eterno, que é uma vida baseada no amor; ou seja, é uma vida bem-aventurada. Posto isto, o amor é a centralidade da ética de Agostinho, pois todas as ações humanas são guiadas e estimuladas pelo amor, guiadas e animadas pela graça divina.

- 3) O terceiro capítulo nos apresenta a última etapa da pesquisa, que é a relação entre as virtudes à luz da sabedoria em Agostinho. Uma relação calcada na verdade e que, por isso mesmo, pode levar o homem à compreensão e posse da plena felicidade. Com isto, podemos concluir que as virtudes são disposições que buscam orientar a vida humana ordenada na busca do bem. Sendo a caridade a superior entre todas as virtudes. Isto significa que o conceito de “*ordo amoris*” torna-se o caminho perfeito para aproximarmos-nos da felicidade e, assim, possuí-la.

Em síntese, podemos afirmar que este trabalho seguiu um percurso gradual, com cada capítulo orientando o leitor na compreensão de como Agostinho desenvolve seu pensamento sobre a felicidade. O objetivo foi mostrar de que maneira ele conduz o ser humano a uma finalidade acessível a todos: a caridade, orientada pela verdade, iluminada pela ação do Verbo Encarnado no interior do homem. Essa ação divina guia o ser humano pela via da ordem do amor, permitindo-lhe alcançar, por meio da harmonia e da comunhão com o Criador, a plena felicidade.

Portanto, podemos concluir que o pensamento agostiniano sobre a felicidade se insere dentro de uma visão cristã que oferece uma resposta integral aos cristãos. No entanto, este trabalho não teve a abrangência necessária para estender essa resposta de maneira universal, especialmente para aqueles que não seguem a fé cristã. Assim, essa intenção de ampliar o alcance do pensamento agostiniano será um desafio a ser abordado em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO. **Confissões**. Tradução de Lorenzo Mammì. 2. ed. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2017a.
- AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**: contra os pagãos, parte II. Tradução de Oscar Paes Leme. 3. ed. Petrópolis; São Paulo: Vozes/Federação Agostiniana Brasileira, 2017b.
- AGOSTINHO. **Solilóquios**. Tradução de Adaury Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1998.
- AGOSTINHO. **A doutrina cristã**. São Paulo: Paulus, 2002.
- AGOSTINHO. **Sobre a Vida Feliz**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- AGOSTINHO. **A Trindade**. Tradução de Agostinho Belmonte. Revisão e notas complementares de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.
- AGOSTINHO. **Comentários aos Salmos**: Salmos 1-50. Tradução de Monjas Beneditinas. Revisão de H. Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1997.
- AGOSTINHO. **O livre-arbítrio**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1995.
- AGOSTINHO. Contra os acadêmicos. In: B. ALTANER; A. STUIBER. **Patrologia**. Tradução de Bento Silva Santos. São Paulo: Editora Paulus, 1988.
- AGOSTINHO. **A Doutrina Cristã**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002.
- ALMEIDA, Frederico Soares de. "O Amor como Elemento Fundamental na Ética de Santo Agostinho." **Pensar - Revista Eletrônica da FAJE**, v. 5, n. 1, 2014, p. 55-64.
- BARROS, Pedro Felipe dos Santos. **O amor como fundamento ético-moral do agir humano, segundo Santo Agostinho**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017.
- BENTO XVI. **DEUS Caritas Est**. São Paulo: Paulus, 2006.
- BENTO XVI. **Carta Encíclica "Caritas in Veritate"**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BERALDI, Adriano Cesar Rodrigues. **Beatitude e sabedoria em Agostinho**: estudo sobre as fontes pagãs no De beata vita a partir do uso do termo filosofia. 2010. 114 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOEHNER, Philotheus; GILSON, Étienne. **História da filosofia cristã**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

BOFF, Leonardo. **A urgência de refundar a ética e a moral**. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2014/10/27/a-urgencia-de-refundar-a-etica-e-a-moral/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CARDOSO, I. M. A. Da humildade à caridade: o “coração” em Santo Agostinho. **Didaskalia**, v. 47, p. 163-181, 2017.

CARNEIRO, M. C. Considerations on the idea of time in St. Augustine, Hume and Kant. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, Botucatu, v. 8, n. 15, p. 221-32, 2004.

CASSIRER, Ernest. **O mito do Estado**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Codex, 2003.

CARVALHO, Elton Roney da Silva; DELGADO, Ana Beatriz de Andrade Borba. O esplendor da caridade: reflexões religiosas sobre o amor nas Confissões de Santo Agostinho. **Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, p. 100-113, jan./jun. 2024.

CORREIA, F.G.A. Verdade, sabedoria e felicidade em Agostinho de Hipona. **Kairós: Revista Acadêmica da Prainha**, v. 18, n. 1, p. 01-16, fev. 2022.

COUTINHO, Gracielle Nascimento; COSTA, Marcos Roberto Nunes. A graça Divina como categoria filosófico-metafísica do agir humano segundo Santo Agostinho. **Civitas Augustiniana**, v. 1, n. 48, p. 31-48, abr. 2015.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **10 lições sobre Santo Agostinho**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

DETONI, Emerson. Santo Agostinho: fé, esperança e caridade. **Mirabilia**, Vitória, n. C11, p. 99-116, jan. 2010.

DUARTE, Teresina Maria. A concepção de Estado em A Cidade de Deus. **Catalão-GO**, v. 17, n. 2, p. 253-264, jul./dez. 2017.

ECCO, Clóvis; MARTINS FILHO, José Reinaldo F. (Orgs.). **EspiritualidadeS: múltiplos olhares**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

EPICURO. **Cartas sobre a felicidade**: (a Meneceu). São Paulo: Unesp, 2002.

FIGUEIREDO, F.C.; SILVA, F. R. A verdade como fundamento da felicidade na obra de Santo Agostinho. **Revista Ideação**, 2021.

FRAILE, Guillermo; URDANOZ, Teófilo. **Historia de la Filosofía**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1986.

FRANGIOTTI, Roque. Introdução. In: AGOSTINHO. **A Vida Feliz**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1998. p. 111-116.

FÜLÖP-MILLER, René. **Os santos que abalaram o mundo**. Tradução de Oscar Mendes. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1976.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. Tradução de Cristiane Negreiros Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial/Paulus, 2006.

JALES, Francisco Venceslau de Oliveira; LIMA, João Paulo Araújo Pimentel. O pensamento social de Agostinho: a caridade e o uso dos bens. **Kínesis**, Marília, v. 10, n. 22, p. 110-122, 2018.

KLAUTAU, Diego. As estórias de fadas na Cidade de Deus: teoria literária de J. R. R. Tolkien e as virtudes cardeais de santo Agostinho. **Ciberteologia – Revista de Teologia & Cultura**, Ano II, n. 14.

LIMA, João Paulo Araújo Pimentel. Ordo Amoris: a relação entre a ordem e o amor no pensamento ético de Santo Agostinho. **Kínesis – Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 12, n. 33, p. 137-156, 2020.

MALINOSKI, Jocemar; SILVA, Sinicley da. **Felicidade**: O bem supremo, no livro I da obra: *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. Disponível em: https://www.academia.edu/32781655/FELICIDADE_O_BEM_SUPREMO_NO_LIVRO_I_DA_OBRA_%C3%89TICA_A_NIC%C3%94MACO_DE_ARIST%C3%93TELES. Acesso em: 21 set. 2024

MEDEIROS, Emerson Melo. **Santo Agostinho: A Busca pela Verdade**. Monografia (Licenciatura em Filosofia) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, 2023.

MENDOÇA, Marta; BARBOSA, Diogo Morais. É possível conciliar presciência divina e liberdade humana? A resposta de Agostinho no de libero arbítrio. In: HINRICHSEN, Luís Evandro; SILVA, Paula Oliveira (Orgs.). **Agostinho de Hipona: ensaios sobre Deus, liberdade e comunidade**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2014. p. 71-84.

MOURA, Paulo Hamurábi Ferreira. **La Politique dans la Cité de Dieu, de Saint Augustin**. 2003. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

NÓBREGA, José Cândido da Silva. et al. A felicidade em Platão e Aristóteles. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, 2021.

PEREIRA, Tatiana de Mello. **A doutrina da iluminação divina**: a investigação de Agostinho de Hipona a verdade transmitida à intelectualidade do homem por intermédio da luz divina. 01-134. 2020.

PESSANHA, J. A. M. **Santo Agostinho (354-430): Vida e Obra**. In: OS PENSADORES. **Santo Agostinho**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PRÓSPERI, Germán Osvaldo. **Lux corporea, lux incorporea**: el ojo de la carne y el ojo del alma en Agustín de Hipona. Córdoba: UCOPress, 2017.

REALE, Giovanni. **Filosofia Antiguidade e Idade Média**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1990. (Vol. 1).

REIS, Émilien Vilas Boas. **O conceito de virtude no jovem Agostinho: evolução ou revolução?** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

SANTOS, Danilo Nobre. **A Felicidade e sua busca no De Beata Vita de Santo Agostinho.** 2016.

SÊNECA. **Sobre a brevidade da vida.** Tradução do latim de Lúcia Sá Rebello et al. Porto Alegre: L&PM, 2007.

SILVA, Hygor Moraes da. **A busca da verdade na obra “confissões” de Agostinho.** Universidade Federal da Paraíba, 01-41, junho 2023.

SILVA, M. A. O. **Tomás de Aquino e a essência absolutamente considerada.** *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 56, n. 131, 2015.

SILVA, Filipe Alves da. A fundamentação ética de Agostinho na obra O livre-arbítrio. **Kairós: Revista Acadêmica da Prainha**, Fortaleza, v. 16, n. esp., 2019/2020.

SILVA, Deiliane Vanessa da. **O conceito de virtude em Santo Agostinho.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Ciências Humanas/Sociologia) – Universidade Federal do Maranhão, Campus São Bernardo, São Bernardo, 2022a.

SILVA, Gustavo Augusto da. **De Homine in Civitate: a concepção antropológico-política de Agostinho de Hipona.** Porto Alegre: Editora Fi, 2022b.

SMITH, James K.A. **Na estrada com Agostinho: uma espiritualidade do mundo real para corações inquietos.** Tradução de Elissamai Bauleo. 1. ed. São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2020.

SIMÕES, Edilezia Freire. **O critério da verdade no Contra Academicos, de Agostinho.** Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, agosto de 2012.

SOUSA, Lorrany Pereira. **O Papel da Felicidade no Pensamento de Agostinho.** *Revista Cacto*, Vol. 1 N 2, 01-17, julho, 2021.

SOUZA, Josemar Jeremias Bandeira de. **A Vida Feliz Na Filosofia de Santo Agostinho.** 2006. 107 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

TRAPÊ, A. **Agostinho: o homem, o pastor, o místico.** Tradução de Francisco Evaristo Marcos e Marcos Roberto Nunes Costa. São Paulo: Cultor de Livros, 2018.

VAHL, Matheus Jeske. **Santo Agostinho: Os Fundamentos Ontológicos do Agir.** Pelotas: NEPFIL online, 2016.

VATICANO. **Spes Non Confundit: Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia.** Vaticano, 2024. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/bulls/documents/20240509_spes-non-confundit_bolla-giubileo2025.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

VAZ, H. C. L. **Escritos de filosofia IV: Introdução à ética filosófica 1**. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.